

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

JADSON CORDEIRO

**TRABALHO IMATERIAL E VALOR-TRABALHO EM MARX: UMA ANÁLISE
SOBRE A VALORIZAÇÃO DO CAPITAL**

UBERLÂNDIA – MG
SETEMBRO DE 2014

JADSON CORDEIRO

**TRABALHO IMATERIAL E VALOR-TRABALHO EM MARX: UMA ANÁLISE
SOBRE A VALORIZAÇÃO DO CAPITAL**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia sob orientação do Prof. Dr. Edilson José Graciolli como requisito parcial para obtenção do título de mestre

UBERLÂNDIA – MG

SETEMBRO DE 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C794t Cordeiro, Jadson, 1976-
2014 Trabalho imaterial e valor-trabalho em Marx : uma análise sobre a
valorização do capital / Jadson Cordeiro. - 2014.
78 f. : il.

Orientador: Edilson José Graciolli.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Inclui bibliografia.

1. Marx, Karl, 1818-1883 - Crítica e interpretação. 2. Sociologia - Teses.
2. Trabalho - Aspectos econômicos - Teses. I. Graciolli, Edilson José.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação Ciências
Sociais. III. Título.

CDU: 316

TERMO DE APROVAÇÃO

JADSON CORDEIRO

**TRABALHO IMATERIAL E VALOR-TRABALHO EM MARX: UMA ANÁLISE
SOBRE A VALORIZAÇÃO DO CAPITAL**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, pela seguinte banca examinadora:

BANCA:

Prof. Dr. Edilson José Graciolli (Orientador)

Instituto de Ciências Sociais, UFU

Prof^a Dr^a Patrícia Vieira Trópia

Instituto de Ciências Sociais, UFU

Prof. Dr. Henrique Jose Domiciano Amorim

UNIFESP – Campus Guarulhos SP

RESUMO

Essa dissertação de mestrado é uma síntese crítica da teoria elaborada pelos autores: Antonio Negri, Michel Hardt e Maurizio Lazarato, denominada “teoria do trabalho imaterial”. Tal teoria aponta para a superação do trabalho imediato como medida de valorização do capital, dada a ascensão da produção imaterial na atualidade, tida como elemento central da produção em geral. A impossibilidade de mensurar um trabalho imaterial, dada a natureza abstrata e subjetiva da produção nesses moldes, tornaria a tese de Marx acerca do tempo de trabalho excedente como fonte de valor para o capital desprovida de validade analítica. Nesses termos, o trabalho de uma classe deixa de ser condição para a produção da riqueza de outra classe, eximindo, assim, a conceitualização de classes como forças sociais antagônicas no modo de produção capitalista e fundando um novo sujeito social na noção de intelectualidade de massa nos moldes dos escritos de Marx nos *Grundrisse*.

Palavras-chave: trabalho imaterial. valor-trabalho. intelectualidade de massa.

ABSTRACT

This dissertation is a critical overview of the theory developed by the authors: Antonio Negri, Michel Hardt and Maurizio Lazarato called "theory of immaterial labor." This theory points to overcome the immediate work as a measure of capital appreciation, due to the rise of immaterial production today, considered the core element of production in general. The inability to measure an immaterial labor, because of abstract and subjective nature of production in these molds, make the thesis of Marx about surplus labor time as a source of value for analytical validity devoid of capital. In these terms, the work of a class is no longer a condition for the production of wealth from another class, thus exempting the conceptualization of classes as antagonistic social forces in the capitalist mode of production and founding a new social subject in the notion of General Intellect, modeled on the writings of Marx in the Grundrisse.

Keywords: immaterial labor. labor value. general intellect.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de certa forma, contribuíram para conclusão dessa pesquisa, em especial ao meu orientador Edilson José Graciolli e a minha avó Aparecida Borges Cordeiro (*in memoriam*).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
ESTRUTURA E GENESE DO TRABALHO IMATERIAL	12
Estrutura do trabalho imaterial e a questão do valor trabalho	12
Trabalho imaterial e os <i>Grundrisse</i> (Borrador)	21
A Gênese do trabalho imaterial: o Operaísmo Italiano.....	38
O DISCURSO SOBRE A CENTRALIDADE/NÃO CENTRALIDADE DO TRABALHO E TRABALHO IMATERIAL	45
Lukács e a centralidade do trabalho.....	46
Habermas e a não centralidade (formativa, ontológica e política) do trabalho	49
A não centralidade do trabalho em Gorz	52
Articulação do discurso: Centralidade ou não do trabalho e trabalho imaterial	55
O TRABALHO PARA MARX: UMA CRÍTICA MARXISTA DA CONCEPÇÃO DE TRABAHO IMATERIAL	59
BIBLIOGRAFIA	75

INTRODUÇÃO

Um conjunto de dimensões influenciou a crítica estrutural da teoria do valor-trabalho a partir dos anos de 1970; aqui atentaremos a apenas algumas delas, que entendemos como essenciais. A crescente automação industrial retirou inúmeros trabalhadores do setor produtivo, devido ao incremento técnico e ao uso de novas tecnologias produtivas; com o avanço da técnica na produção deu-se um *boom* no setor de serviços, principalmente serviços informacionais. A retração (que não se confunde com eliminação ou superação) do modelo fordista-taylorista de produção – devemos lembrar que o modelo fordista teve como características básicas a produção de bens de consumo homogeneizados e em grande escala, a organização vertical do trabalho e sua divisão racionalmente compartimentada no interior das fábricas com a utilização de uma força de trabalho pouco qualificada, ou, pelo menos, com menor qualificação do que, em muitos casos, hoje se exige dos trabalhadores, a emergência do toyotismo como *modelo de produção*, o Operaísmo¹ na Itália (*operaism*), o enfraquecimento do *welfarestate* no Ocidente, a reestruturação produtiva, o desenvolvimento do neoliberalismo e as sucessivas crises financeiras, tudo isso fomentou, para muitos autores, a crise da teoria clássica do valor-trabalho de Marx

Na perspectiva dos teóricos do toyotismo, há um modelo produtivo bastante interessante para vislumbrar o trabalho, nos moldes do trabalho imaterial, mesmo antes do surgimento desse termo no cenário acadêmico. Tal sistema produtivo visa fundir diferentes funções em poucas, aqui temos a *multifuncionalidade*, o que exigiu somarem-se neles – trabalhadores – várias atividades antes subdivididas em diferentes funções; exigindo-se, portanto, dos trabalhadores empregados sob as condições desse arranjo produtivo, a responsabilidade da execução de múltiplas tarefas dentro da mesma jornada de trabalho. Cumprida essa fusão de várias funções e atividades, foram designados *multifuncionais* ou *polivalentes* os trabalhadores por elas - funções - responsáveis. Essa polivalência exprime, por um lado, a participação cognitiva do trabalhador, para além dos esforços repetitivos e seriados como antes no fordismo; por outro lado, o trabalho polivalente é bem mais intenso e produtivo, exigindo do trabalhador uma dedicação quase exclusiva, pois até mesmo o tempo livre é tomado como produtivo.

¹ Como veremos mais a frente no texto, o Operaísmo (*Operaio*) representa uma corrente de pensamento italiana que auge primazia às lutas operárias como elemento principal das transformações e evoluções dos meios de produção, para tal pensamento, as lutas da classe trabalhadora precedem e configuram as reestruturações sucessivas do capitalismo, desse modo a figura do operário é concebida como o fundamento das mudanças estruturais do capital. Uma definição mais precisa, bem como os desdobramentos de tal pensamento podem ser vistos em *Império* (2000) de Hardt e Negri.

Consideramos que, em certa medida, esse modelo de produção, nascido no Japão e expandido ao Ocidente, modelou, em larga escala, o tipo de trabalhador nos moldes do trabalho imaterial, conforme seus teóricos assim expuseram.

Nesse contexto histórico, as teses de Karl Marx e, especialmente, a teoria do valor-trabalho, passaram a ser bastante criticadas. As críticas se concentraram na ideia de que a teoria do valor-trabalho estaria relacionada, tão e somente, ao trabalho industrial. Com a indicação do fim da hegemonia industrial, superada pelo setor de serviços e, posteriormente, pela financeirização da economia, a teoria do valor-trabalho foi tida como anacrônica e ultrapassada. Nas palavras de Negri e Lazzarato: *a mais-valia da massa cessou de ser a condição do desenvolvimento da riqueza geral* (2001 p. 29).

As teorias críticas do valor-trabalho basicamente se sustentam em dois eixos centrais: a diminuição do tempo de trabalho necessário à produção, dado o advento da técnica, e a retração da produção dita material, a mercadoria, onde estaria plasmado o trabalho, dado pelo aumento exponencial do setor de serviços. E é justamente pelos serviços serem de natureza abstrata, subjetiva e imaterial que a teoria do trabalho imaterial emergiu. A ideia geral é de que haveria um distanciamento das novas formas de trabalho – imaterial, informacional, cognitivo – em relação às atividades de constituição física dos objetos produzidos. O trabalho que tem por matéria-prima as capacidades intelectuais e cognitivas não poderia, segundo a teoria, ser analisado pelo mesmo *estatuto teórico* daqueles trabalhos que tem como matéria-prima o material, diríamos, o material em sua expressão tangível – no sentido físico do termo.

Em síntese, na teoria em questão, grosso modo, tem-se a ideia da natureza das mercadorias apenas como conjunto de objetos físicos.

Como consequência de tal ideia, a produção imaterial, produção onde há o predomínio das *capacidades intelectuais* em detrimento da produção material, onde o que predomina, grosso modo, é a capacidade física, surge uma questão intrigante: se a teoria do valor-trabalho de Marx analisa a produção e a valorização do capital apenas relacionado à materialidade, ou seja, a produção de mercadorias tangíveis, como mensurar o tempo de trabalho necessário à sua produção? Como calcular o *quantum* de trabalho presente em um serviço? Sendo assim, então, a teoria de Marx perderia sua validade analítica (CAMARGO, 2011).

No decorrer desse trabalho partiremos da hipótese de que a análise do valor trabalho no sistema produtivo capitalista, realizado por Marx, não se prende, tão somente, à tangibilidade da mercadoria, e também demonstrar que mesmo com a ascensão do aprimoramento técnico no setor produtivo, e a consequente diminuição do tempo de trabalho,

tal fato não remete a um novo modelo produtivo calcado não mais no trabalho abstrato e em seus consequentes desdobramentos sociais.

Partiremos também da seguinte hipótese: mesmo com as grandes transformações ocorridas nas configurações de classe, não é possível abstrair o antagonismo classista da estrutura de uma sociedade pautada no capital como sistema econômico; tendo em vista que o imperativo da lucratividade (MÉSZÁROS, 2002) articula material e imaterial, cognitivo e manual, industrial, serviços e financeiro.

À luz da teoria do trabalho imaterial, a principal referência a Marx, sobretudo em relação ao fim do trabalho como medida de valor do capital, dá-se com os *Grundrisse* (Borrador). Os autores em questão, Negri e Lazzarato, indicam uma leitura dos manuscritos de Marx que evocam a possibilidade de uma transição ao *comunismo do saber*² pelo esgotamento do modelo de trabalho tipo industrial. Ou seja, o fim da hegemonia do trabalho industrial, entendido por atividade que visa a produção de mercadorias com valores de troca e produtor de mais valia, e o consequente esgotamento do modelo produtivo calcado na valorização do capital por meio do trabalho, é apreendido, pelos teóricos do trabalho imaterial, através de uma interpretação dos *Grundrisse* (Borrador) de Marx.

Esse trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, procuramos apontar as características mais gerais da teoria do trabalho imaterial e os seus desdobramentos teóricos mais diversos que compõem sua estrutura, tendo como pressuposto ou fundamento o *Operaísmo* Italiano para compor a noção de trabalhador autônomo e desvinculado de classes como representação social e política – o operário social. Esse operário social presente no *Operaísmo* é teoricamente utilizado pelos teóricos do trabalho imaterial para arranjar um novo sujeito produtivo de natureza intelectual que posteriormente é articulado ao conceito de *intelecto geral* de Marx.

Nos *Grundrisse* de Marx, a teoria do trabalho imaterial encontra na noção de *intelecto geral* (*General Intellect*) um sujeito produtivo difuso que possui como primado a atividade intelectual e cognitiva como principal força produtiva, e essa não pode ser medida de valor para o capital através do tempo excedente de trabalho, mas pela sua produtividade geral.

² A expressão *comunismo do saber* é cunhada pelos teóricos do trabalho imaterial como uma forma de organização das relações de produção que vê na disseminação do conhecimento produtivo uma ferramenta de transformação social, devido à perda da capacidade unificadora do trabalho industrial (Lazarato e Negri, 2001) e (Amorim, 2009).

Esse novo sujeito produtivo é concebido através de subjetividades e não de classes sociais, subjetividades autônomas imersas na *Multidão*³ que compõem a complexa teia produtiva geral, e essa é alheia aos velhos antagonismos sociais entre capital e trabalho.

A concepção do trabalhador isolado numa perspectiva ativa, ou seja, como agente primordial de transformação das formas de produção, sendo a causa e não a consequência da evolução técnica no setor produtivo, *o caráter produtivo do trabalho não viria da fábrica (e, por consequência, a luta política também não viria), mas sim é imposto ao universo da fábrica* (AMORIM, 2009, p. 85) Negri indica que *a organização industrial não é a matriz, mas a consequência dessa substância social comum do trabalho produtivo* (NEGRI, 1991 *apud* AMORIM, 2009), como concebida pelo *operaísmo* e estruturada na teoria do trabalho imaterial (subjetividade autônoma, intelecto geral), *um trabalhador cuja força política estaria, pois, ancorada nos elementos técnicos de sua condição profissional* (AMORIM, 2009), e não na sua unidade enquanto *classe trabalhadora*, pode ser percebido em conjunto com as ideias da não centralidade do trabalho, cujas premissas baseiam-se no primado das forças produtivas como elemento de transformação social, ou seja, o trabalhador reconciliado com as técnicas de produção e imerso numa grande heterogeneidade profissional e, por consequência, alheio às concepções massificadas do trabalho clássico industrial.

Diante dessa *fusão teórica entre o ideal do trabalhador isolado e o primado das forças produtivas como elemento de transformação social* (AMORIM, 2009 p. 73), seguimos no segundo capítulo com a discussão sobre as teses da centralidade / não centralidade do trabalho, para tal iremos (teoricamente) do discurso ontológico ao político da centralidade do trabalho. Diante disso, debateremos o discurso de Habermas e o de Lukács sobre o tema do trabalho na perspectiva de sua centralidade ou não centralidade, por entendermos que tais autores são cruciais no debate em questão (centralidade / não centralidade do trabalho). Nesse mesmo capítulo, trataremos do discurso da centralidade do trabalho através de outras duas dimensões: a centralidade do trabalho abstrato na atualidade e a centralidade do trabalho enquanto categoria que constitui identidades coletivas, ou seja, a centralidade cotidiana do trabalho na vida das pessoas. Em relação a essas últimas dimensões citadas da centralidade do trabalho, manteremos um diálogo direto com André Gorz, pois tal autor parte diretamente desse tema para tratar da teoria do trabalho imaterial.

³ Como veremos a frente, Multidão é uma forma abstrata de conceber as diferenças econômicas de forma não dual, ou seja, sem o clássico antagonismo social característico do capitalismo como sistema produtivo (Hardt e Negri, 2012).

No terceiro capítulo, adentraremos nas concepções marxianas de trabalho produtivo (produtor de mais-valia) e suas imbricações com a teoria do trabalho imaterial, partindo da hipótese de que o caráter material da produção no capitalismo não é condição essencial e unívoca para a valorização do capital através do tempo de trabalho excedente, e que a concepção de um trabalhador mais qualificado é mais um agente de valorização do capital do que o seu oposto, tal como vislumbrado pela teoria do trabalho imaterial. Nesse mesmo capítulo discutiremos as diferenças do pensamento de Marx sobre a teoria do valor em relação à economia política clássica, discutindo com autores como Adam Smith e David Ricardo, elucidando o caráter meramente não quantitativo do trabalho na valorização do capital, com o propósito de ir de encontro às visões quantitativas do valor-trabalho concebidas pelos teóricos do trabalho imaterial à Marx. Desse modo, nossa hipótese é que Marx não formulou sua teoria na mera perspectiva quantitativa e singular do trabalho produtivo na valorização do capital e que os escritos marxianos sobre o limite da lei do valor baseada na apropriação do excedente de trabalho na valorização do capital é, também, o próprio limite do capital como sistema produtivo, assim, o que Marx aludiu sobre o limite histórico do valor-trabalho também é o limite histórico do capitalismo.

Em síntese, esse trabalho seguirá um caminho teórico, grosso modo, ancorado na ideia de um maior distanciamento entre capital e trabalho, ou seja, o trabalho mais submetido às diretrizes do capital, e não numa maior proximidade entre ambos, como os teóricos do trabalho imaterial vislumbram.

1º CAPÍTULO

ESTRUTURA E GENESE DO TRABALHO IMATERIAL

Estrutura do trabalho imaterial e a questão do valor trabalho

Para conseguirmos apreender a origem e o próprio conceito da teoria do trabalho imaterial, faz-se necessário uma compreensão, precisa e sistemática, das transformações ocorridas no universo do trabalho no decorrer das décadas de 1960 e 1970. As crises do capital, aliadas ao esgotamento do modelo seriado e homogeneizado de produção; juntam-se a isso, ainda, a resistência e as lutas empreendidas pela classe trabalhadora, em especial nos países de mando econômico, levaram e, de certa forma, obrigaram o capital a investir em um rearranjo estrutural que abalaria o mundo do trabalho e as próprias relações do capital com o trabalho.

A reestruturação produtiva, levada a termo a partir de meados dos anos 1970, o enfraquecimento dos sindicatos, a flexibilização dos direitos trabalhistas – aliados ao enfraquecimento do *welfarestate*, ou estado de bem estar social, e o aumento exponencial do setor de serviços, foram alguns dos aspectos que transformaram, quase por completo, o modo como o capital se relaciona com os trabalhadores, não obstante – e isto é decisivo – trata-se de um arranjo produtivo dentro do mesmo modo de produção, ou totalidade social da ordem do capital.

Tal reorganização da produção metamorfoseou a estrutura interna das empresas com reflexo, sobretudo, nas relações hierárquicas e gerenciais entre os trabalhadores do *chão de fábrica* e os gestores intermediários e os de alto escalão das empresas.

Uma das características mais significativas do contexto da reestruturação produtiva pôde ser observada nos setores administrativos: a contínua retração das atividades gerenciais, cada vez mais legadas aos trabalhadores da base piramidal das empresas. Podemos dizer que houve uma descentralização do mando com um consequente aumento de responsabilidades e deveres dos trabalhadores de base. *A hierarquização diminui na proporção direta do acúmulo de funções aos trabalhadores ainda presentes na indústria* (Amorim, 2006a: 47). Em outras palavras, quanto mais responsabilidades, produtivas e administrativas, são incumbidas ao trabalhador da base, menores se tornam os níveis de mando dentro das empresas e, conseqüentemente, diminui-se a hierarquia; porém, deve ficar claro que aumentar as

responsabilidades e a participação dos trabalhadores não implica em dividir as fatias do lucro, mesmo que, ideologicamente, o discurso do capital seja o contrário, haja vista a adoção de novas nomenclaturas adotadas pelas empresas para seus funcionários; aliás, funcionários não, associados ou colaboradores, pois o capital agora é social, os funcionários trabalham não mais somente pelo valor de troca de sua força de trabalho, mas pela defesa de seus próprios interesses, já que eles também são gestores e sócios das empresas.

O aumento do número de trabalhadores no setor de serviços, em detrimento da indústria tradicional, serviu como alavanca para a emergência teórica das teses que proclamam o esgotamento do trabalho fabril do tipo assalariado. Tais teses argumentam a favor do surgimento de um novo paradigma produtivo calcado no imaterial como modelo central no processo produtivo atual.

Trabalho imaterial engloba uma gama de atividades ligadas à prestação de serviços, tais como: propaganda, publicidade e *marketing*, desenvolvimento de *softwares*, serviços hospitalares, bancários, financeiros entre outros; é imaterial, pois o resultado da produção não é tangível, palpável ou acumulado, é consumido no momento de sua produção. A circulação, o consumo e a própria produção mesclam-se em um único ato.

Para os pensadores em questão, podemos dividir em três tipos o trabalho imaterial: primeiro, o trabalho industrial clássico que se transformou em *industrial-informacional*, incorporado por novas concepções produtivas completamente adversas às antigas fábricas fordistas, indústrias transformadas pelas tecnologias de informação, onde as máquinas cedem lugar à informação como principal mecanismo produtivo; *a atividade fabril é vista como um serviço, e o próprio material da produção de bens duráveis mistura-se com o trabalho imaterial e se inclina na direção dele* (LAZZARATO e NEGRI 2001, p. 21). O segundo tipo de trabalho imaterial é o analítico e simbólico, que se divide na manipulação inteligente e criativa de um lado, e por outro, nos trabalhos envolvidos na criação de símbolos culturais. Já a terceira forma assumida pelo trabalho imaterial envolve o contato humano – tanto virtuais quanto reais - diretamente ligado ao afeto e às emoções.

Podemos observar que os *teóricos imaterialistas* – termo que utilizaremos para designar o conjunto de autores que tratam da temática - estabelecem uma tipologia do trabalho imaterial, calcada em três tipos de trabalho que tenderia a predominar na atualidade. É notório que tal conduta é, sobretudo, reducionista e contraditória, pois reduz as inúmeras formas de *ser do trabalho* a um mínimo e, simultaneamente, elegem a multiplicidade e a heterogeneidade do trabalho como um dos pilares da teoria. No decorrer desses escritos, veremos como se dá essa contradição na teoria do trabalho imaterial, bem como analisaremos

a relevância da multiplicidade das formas de trabalho na atualidade para os *teóricos imaterialistas* como base de sustentação para a sua teoria; por hora, é importante dar continuidade na exposição da estrutura da teoria em questão, para que possamos compreender suas articulações.

As tipologias apresentadas do trabalho imaterial, reduzem-se ainda mais na publicação de *Multidão* (2012), observemos:

[...] podemos conceber o trabalho imaterial em duas formas fundamentais. A primeira refere-se ao trabalho que é primordialmente intelectual ou linguístico, como a solução de problemas, as tarefas simbólicas e analíticas e as expressões linguísticas. Esse tipo de trabalho imaterial produz ideias, símbolos, códigos, textos, formas linguísticas, imagens e outros produtos do gênero. Chamamos a outra forma fundamental de trabalho imaterial de ‘trabalho afetivo’. Ao contrário das emoções, que são fenômenos mentais, os afetos referem-se igualmente ao corpo e à mente. Na realidade os afetos, como a alegria e a tristeza, revelam o atual estado da vida em todo o organismo, expressando um certo estado de corpo paralelamente a uma certa forma de pensamento. O trabalho afetivo, assim, é o trabalho que produz ou manipula afetos como a sensação de bem estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão. Podemos identificar o trabalho afetivo, por exemplo, no trabalho de assessores jurídicos, comissários de bordo e atendentes de lanchonetes (serviços com sorriso). Uma indicação da importância crescente do trabalho afetivo [...] é a tendência dos empregadores para enfatizar a educação, a atitude, a personalidade e o comportamento ‘pro-social’ como capacitações primordiais necessárias aos empregados. Trabalhador com uma boa atitude e traquejo social é uma outra maneira de designar um trabalhador hábil no trabalho afetivo (HARDT e NEGRI 2012 p. 149)

Em *Império* (2001) Hardt e Negri tipificam o trabalho imaterial em *industrial-informacional, analítico-simbólico e afetivo*, reduzindo as mais variadas formas do trabalho em apenas três categorias, como se fosse possível abarcar a pluralidade imensurável das formas de ser do trabalho a um mínimo quantificável. Em *Multidão* (2012) tal quantificação tipológica reduz-se ainda mais, agrupando a imensidão imensurável dos tipos de trabalho em apenas *duas formas fundamentais*.

Embora tais *teóricos imaterialistas* realizem essa redução das formas de trabalho referindo-se ao trabalho imaterial, eles argumentam que as *formas de ser* do trabalho imaterial tendem a se tornarem hegemônicas, ou seja, a pluralidade das formas de trabalho no mundo sucumbir-se-iam às características específicas do trabalho imaterial, *a multiplicidade de formas específicas e concretas de trabalho mantém-se diferente, mas tende a acumular um número cada vez maior de elementos comuns*. (HARDT e NEGRI, 2012, p. 149).

Dessa forma, o trabalho realizado por bolivianos na indústria têxtil em São Paulo tenderia a possuir características em comum com o trabalho realizado por engenheiros na produção de *softwares* no Vale do Silício nos Estados Unidos, ambos seriam perpassados pela

lógica do trabalho imaterial; pois, *o trabalho imaterial tende a tornar-se hegemônico, de forma totalmente explícita* (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 27).

Ora, o comum nesses dois exemplos apresentados, é a geração de valor excedente que tende a se transformar em capital, é a geração de mais-valia, mesmo em diferentes escalas, e é essa a característica, tão somente, que os une, e não uma lógica abstrata e incoerente como os *teóricos imaterialistas* defendem. Ou seja, o comum entre as imensuráveis *formas de ser* do trabalho sob a lógica do capital é a criação de um valor excedente criado pelo trabalhador e expropriado dele, seja na produção material ou imaterial, ambos podem ser considerados trabalho abstrato.

Um outro autor que merece destaque nesses escritos, e que citaremos com mais detalhes no decorrer desse trabalho, é Andre Gorz. Na sua obra *O imaterial*, Gorz aponta inúmeras críticas a certas categorias de Marx na análise do capitalismo contemporâneo. Para o autor, na atualidade, o conceito de “valor” em Marx precisa de uma ampla revisão. *O caráter cada vez mais qualitativo, cada vez menos mensurável do trabalho, põe em crise a pertinência das noções de sobretrabalho e sobrevalor*” (Gorz, 2005, p.30). Para o autor em questão, o valor é tratado sobre uma perspectiva quantitativa. Segue os argumentos de Gorz: *o valor sempre vem a ser expresso apenas na relação de equivalência entre mercadorias diferentes, isto é, como grandeza de valor* (Gorz, 2005, p.30).

De acordo com Santos (2013), a teoria do trabalho imaterial vê em Marx o que ele denomina de *quantitativismo da teoria do valor [...] o valor teria a necessidade de se manifestar em mercadorias materiais, mensuráveis com possibilidade de quantificação. Nesses termos, o trabalho produtor de mais-valia seria apenas o trabalho material* (p.29).

É importante ressaltarmos que pouco ou nada importa a natureza da mercadoria, seja material ou imaterial, pois são ambos produzidos através de trabalho abstrato, pois estão inseridos na mesma lógica produtiva ou no mesmo modo de produção: Capitalismo.

Quando consideramos as mercadorias como valores, estamos considerando-as somente sob o aspecto de trabalho social realizado, fixado, ou, se assim quiseram, cristalizado. Consideradas desse modo, só podem ser diferenciadas umas das outras enquanto representarem quantidades maiores ou menores de trabalho; assim, por exemplo, um lenço de seda pode incorporar uma quantidade maior de trabalho do que um tijolo. Mas como são medidas as quantidades de trabalho? Pelo tempo que dura o trabalho, computado esse em horas, em dias etc. Naturalmente, para aplicar essa medida, todos os tipos de trabalho são reduzidos a um trabalho médio, ou simples, considerado como a sua unidade. Chegamos, assim, a esta conclusão: uma mercadoria tem um valor porque é uma cristalização de um trabalho social. A grandeza de seu valor, ou seu valor relativo, depende da maior ou menor quantidade dessa substância social que ela encerra, quer dizer, da quantidade relativa de trabalho necessária à sua produção. Portanto, os valores relativos das mercadorias são determinados pelas correspondentes quantidades ou somas de trabalho investidas, realizadas, incorporadas

nelas. As quantidades correspondentes de mercadorias, que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, são iguais. Ou, de outro modo, o valor de uma mercadoria está para o valor de outra mercadoria, assim como a quantidade de trabalho incorporada em uma está para a quantidade de trabalho incorporada em outra (MARX apud ANTUNES, 2004, p.74-75).

Uma leitura superficial dessa passagem de Marx, pode levar o leitor a pensar que um trabalhador isolado que trabalhe de forma mais lenta e vagarosa, tende a produzir mercadorias com valores maiores; no entanto, e isso é primordial:

Quando dizemos que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho incorporada ou cristalizada nela, queremos nos referir à quantidade de trabalho necessária para produzir essa mercadoria numa dada situação social e sob determinadas condições sociais médias de produção, com uma determinada intensidade social média e com uma destreza média do trabalho utilizado. (Idem, p. 78)

Nesse sentido, quando Marx se refere ao trabalho como medida de valor das mercadorias, jamais o faz de maneira aritmeticamente quantificável, mas o faz considerando o tempo médio de trabalho em condições sociais determinadas.

O verdadeiro valor de uma mercadoria, porém, não é seu valor individual, mas, sim, seu valor social, isto é, não se mede pelo tempo de trabalho que custa realmente ao produtor, no caso individual, mas pelo tempo de trabalho socialmente exigido para a sua produção (Marx, 1985, p. 252)

Prosseguindo com a exposição da estrutura do trabalho imaterial, vejamos a continuidade dos argumentos dos *teóricos imaterialistas*.

O trabalho imaterial constitui-se como novo modelo de produção, mesmo nas indústrias tradicionais, onde o imperativo é o material. Diante de tal afirmação, podemos dizer que há uma prevalência no atual estágio do capitalismo, classificado como capitalismo pós-industrial, do setor de serviços sobre o setor industrial. Em termos quantitativos observamos o acentuado número de trabalhadores nessa área, e um decréscimo vertiginoso dos trabalhadores industriais clássicos, sobretudo pela evolução da técnica e da ciência no setor industrial, a robótica e a automação são bons exemplos disso. Porém, de acordo com os *teóricos imaterialistas* não podemos nos ater somente aos números, pois uma mera quantificação não pode embasar uma nova teoria, e mais, pode levar a compreensões vulgares, pois indicadores quantitativos não podem e nem conseguem apreender as reais transformações qualitativas no curso de um modelo produtivo para outro, nem mesmo a hierarquia que se estabelece entre diversos setores econômicos dentro do contexto de cada modelo econômico-produtivo (HARDT e NEGRI, 2002). Dessa forma o argumento é: embora

quantitativamente inferior o trabalho imaterial é qualitativamente predominante na produção mundial; sendo assim, as mais variadas *formas de ser* do trabalho, mesmo na produção material, sucumbem-se à lógica do imaterial. Para os *imaterialistas*, a história pode nos mostrar que tal transição encontra respaldo no passado; pois, tal como a indústria clássica homogeneizou todas as formas de produzir de acordo com sua própria lógica produtiva, hoje os serviços desempenham papel semelhante. Vejamos a seguir.

No decurso do processo da industrialização, a indústria ganhou e conquistou espaço como paradigma produtivo; homogeneizou e centralizou diversos setores da produção, impondo sua lógica capitalista, sobretudo na formalização da compra da força de trabalho contratualizada; tal modelo industrial sobrepôs-se na agricultura de forma semelhante ao modelo do trabalho imaterial sobrepõe-se atualmente sobre o industrial.

Quando a agricultura caiu sobre o domínio da indústria, mesmo ainda sendo predominante em termos quantitativos, ela se tornou sujeita a pressões financeiras da indústria, e, sobretudo, a produção agrícola foi industrializada. A agricultura, é claro, não desapareceu; continuou sendo elemento essencial das modernas economias industriais, mas já como agricultura transformada e industrializada. (HARDT e NEGRI, 2002 p. 302).

A agricultura foi modernizada com o advento da indústria; as relações de trabalho, relações financeiras, os modos de produzir no campo foram sistematicamente alterados de acordo com a lógica produtiva industrial. Nesse processo de modernização do campo, a fazenda tornou-se indústria, no que tange às relações de produção. Claro que dizemos isso com referência aos grandes produtores rurais; isenta-se, dessa forma, mas não totalmente, pois o capital interfere também nas mais isoladas populações do globo, os pequenos produtores que, em geral, produzem para fins de subsistência. Com essas *transformações a própria sociedade tornou-se, aos poucos, industrializada, a ponto de transformar as relações humanas e a natureza humana. A sociedade tornou-se fábrica* (HARDT e NEGRI, 2002 p. 306). Porém, toda cadeia produtiva tende a ser articulada por grupos econômicos do grande capital, que subsume à sua lógica (o imperativo da lucratividade) propriedades e personificações do capital de outras magnitudes.

Análogo ao processo de modernização do campo, ocorrido com o advento da grande indústria, vivemos na atualidade uma transformação do setor produtivo industrial sob o manto da informação e da prestação de serviços. A tese central da teoria do trabalho imaterial assenta-se na ideia do fim da modernização, logo, o processo de industrialização murcha e é sobreposto pela lógica dos serviços. *A produção industrial já não estende sua dominação*

sobre outras formas econômicas e outros fenômenos sociais (HARDT e NEGRI, 2002 p. 306).

Procuramos concentrar nesse primeiro capítulo as características gerais da teoria do trabalho imaterial, sua estrutura, sua historicidade, sua gênese e seus desdobramentos na realidade social, e concentrar as críticas com seus embasamentos no terceiro capítulo desse trabalho, porém, não deixaremos de, em alguns casos, expor a crítica logo depois da exposição da ideia.

A ideia de buscar na história as tendências futuras, é um método de análise, porém, considerado isoladamente, é insuficiente para apresentar algum respaldo. Os desdobramentos de um determinado fenômeno ocorrido no passado, em si, não podem, de forma isolada, apontar tendências futuras para um fenômeno similar que ocorre no presente. Se assim o fizermos, corremos o grande risco de cair, grosso modo, numa simplicidade metodológica de pouca relevância. Desse modo, ao pensar no caráter hegemônico do trabalho imaterial, os autores que o criaram não deixa claro o porquê e como se dá esse processo de hegemonia. Com isso, verificamos uma lacuna na teoria que carece de conteúdo teórico. Isso posto, continuemos na exposição da estrutura do trabalho imaterial.

Se no processo de industrialização, as formas de produzir específicas do campo sucumbiram-se às novas lógicas de produzir intrínsecas à grande indústria capitalista, a qual possui como característica, a nosso ver, nova e primordial: a subsunção real do trabalho ao capital, e essas se tornaram hegemônicas, porque já deduzimos que essa suposta nova lógica do trabalho imaterial se estenderia até a produção industrial clássica e se tornaria hegemônica?

A lógica produtiva intrínseca à produção industrial, aqui entendida, grosso modo, como o estabelecimento de novas relações de trabalho e propriedade: a inserção do trabalho assalariado e o estabelecimento da classe proletária como novo sujeito produtivo e político, com sua consequente relação antagônica com o capital, influenciou e modificou outras inúmeras formas de relações de produção, tal influência da nova lógica ocorreu de forma global, com diferenças apenas quanto aos níveis de intensidade e quanto ao período ocorrido, as formas tradicionais de produção no campo, por tal razão, foram alteradas, usando outra expressão, foram industrializadas, não é que o campo se tornou, literalmente, uma indústria, mas as características, a nosso ver, principais da lógica de produção capitalista, transformou as do campo, sem quase deixar chances para haver resistências, pois não havia opção alternativa, já que a produção capitalista é, por excelência, se assim podemos dizer,

expansionista, global, plenamente influente e fortemente dominante, pois se não o fosse, o modo de produção capitalista não sobreviveria.

Não exporemos aqui as formas do capitalismo associadas a essa dependência de expansão para todo o globo, pois isso implicaria em transbordar, teoricamente, esse trabalho, para fora da nossa proposta de abordagem para esses escritos, e essa proposta, em sentido amplo, é: expor as teses do trabalho imaterial e suas imbricações nas recentes mudanças ocorridas no sistema capitalista e nas suas formas de estabelecer relações com o trabalho, partindo da crítica do primado da insuficiência teórica da teoria valor-trabalho em Marx para explicar a valorização do capital em um determinado período histórico marcado pela expansão e influência do setor de serviços, ou, para um sentido mais amplo, da produção imaterial na atualidade que, como os materialistas defendem, tende a se tornar hegemônica e dominante em âmbito global, alterando de forma abrangente, no limite, todas as formas de produção tal como, também no limite, todas as relações de trabalho na contemporaneidade.

A ideia pós-moderna do fim da era fabril, ou do fim das formas regentes das relações sociais advindas da indústria, como o emprego assalariado, por exemplo, não expressa o fim da indústria, mas sim o fim da hegemonia da indústria e de seus desdobramentos sociais. B Tal como a agricultura não se findou pelo processo de industrialização, a indústria permanece vigente na era da informação e dos serviços, porém, subordinada às novas formas que configuram o setor emergente. Hardt e Negri (2002, p.307) argumentam: *Assim como os processos de industrialização transformaram a agricultura e a tornaram mais produtiva, a revolução da informática transformará a indústria, redefinindo e rejuvenescendo processos de fabricação.*

A regra é *trate o fabril como se fosse um serviço*, tal como outrora o campo foi tratado como uma indústria, hoje a indústria deve ser tratada como um serviço (HARDT e NEGRI, 2002).

No sentido exposto pelos *teóricos imaterialistas*, a teoria do trabalho imaterial vai além da vigência abstrata da produção, ela abarca novas e inéditas características do trabalho e dos modos de produção que, embora possuam seu alicerce no imaterial, abrange, em termos, todas as *formas de ser* do trabalho e da produtividade, seja esse material ou imaterial. Nesse caso, a nomenclatura “imaterial” não designa somente o resultado da produção, como serviços e bens imateriais, mas também uma nova lógica de produção que difere radicalmente das formas precedentes de produzir, em especial da indústria material clássica. Assim, para os teóricos imaterialistas, inicia-se uma nova era, marcada pela predominância da lógica do imaterial nos mais diversos ramos da vida social.

Essas novas formas de produzir inauguram um novo período na produção capitalista que rompe com as concepções marxistas clássicas relacionadas à valorização do capital. Se, na produção material, na indústria clássica, o valor de uma determinada mercadoria é expresso pelo *quantum* de trabalho necessário à sua produção, como calcular esse *quantum* num determinado serviço de natureza imaterial? Como mensurar o trabalho contido num bem imaterial? Essas questões tornam-se cruciais para os *teóricos imaterialistas* embasarem toda uma nova teoria denominada *teoria do trabalho imaterial*.

Como o resultado da produção é de natureza imaterial, os *teóricos imaterialistas* começam a pôr em xeque a concepção de Marx sobre valor-trabalho.

Como o trabalho imaterial não pode ser mensurado por unidades de medida, a teoria marxiana do valor não teria validade explicativa nas temáticas concernentes a esta forma de trabalho. Os autores partem de determinadas hipóteses – em primeiro lugar, haveria uma relação necessária entre o conceito marxiano de valor e a possibilidade de quantificação desse valor, em segundo, a teoria do valor exigiria a necessidade de o valor ser expresso em um resultado material – e tentam, a partir daí, explicitar insuficiências na teoria do valor de Marx. (SANTOS, 2013 p. 22)

A impossibilidade de mensurar, quantitativamente, um trabalho imaterial ou um serviço⁴ torna-se condição essencial para os *teóricos imaterialistas* proclamarem o esgotamento da teoria do valor-trabalho em Marx, como elemento analítico, na atual *era produtiva imaterial*. (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 27).

Devermos deixar claro que, embora os *teóricos imaterialistas* insistam na ideia da mensurabilidade do trabalho, para Marx, isso não é possível. O tempo de trabalho que importa a Marx é o tempo médio necessário, o tempo socialmente necessário. Por isto, ele define o valor como o *tempo de trabalho socialmente necessário* à produção de uma mercadoria. Vejamos a definição tal qual ela se mostra no *Capital*: "Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do

⁴ A questão de identificar todo serviço como um trabalho imaterial, no sentido da intangibilidade e imensurabilidade do produzido, é complexa e, por vezes, falha; pois nem toda prestação de serviço se expressa no imaterial, aliás, a maioria dos serviços relaciona-se diretamente com a produção de algo material e palpável, e são tão antigos como a própria manufatura, como exemplo: a contratação de serviços de um alfaiate ou de um marceneiro, ambos produzem um produto material através de uma relação de prestação de serviços, ou mesmo a produção de um *software*, um empresário capitalista do ramo da informação pode contratar um especialista para o desenvolvimento de um sistema que dependerá de um suporte físico para sua comercialização. Para Marx, *serviço não é, em geral, senão uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este [valor de uso] não é útil como coisa, mas como atividade* (Prado, 2004: 1 *apud* Marx, 1978: 78). Não adentraremos nessa questão aqui, pois implicaria em estender esse trabalho para além do proposto, para uma incursão no debate sobre similitudes e diferenças entre bens e serviços, veja: Prado (2004).

trabalho. [...] Portanto, é apenas [...] o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor [...] (MARX, 1988).

Para os *teóricos imaterialistas*, vivemos na atualidade um conjunto de mudanças estruturais da produção que se referem ao próprio conceito de força de trabalho e o seu papel no processo produtivo. *Estaríamos diante de uma situação em que a apropriação do tempo de trabalho alheio já não se encontra mais na base de sustentação da riqueza capitalista.* (CAMARGO, 2011, p. 41).

Para os imaterialistas, uma mudança fundamental do capitalismo na atualidade, diz respeito à sua própria forma de dominação. Aqui, já não lidamos mais com o trabalhador que vende sua força de trabalho e se encontra alienado nesse processo, mas sim com o trabalhador que, de alguma forma, deve adquirir um conjunto de saberes e competências que se referem à própria vida cotidiana, isto é, a qualificações que não dizem respeito mais, prioritariamente e unicamente, ao tempo de trabalho, mas a conhecimentos e saberes que passam a abarcar, também, o tempo de não trabalho, ou seja, o tempo livre, fora das empresas.

Nossa hipótese é que o trabalho que produz mais-valia ainda permanece central no processo produtivo atual, mesmo diante de um cenário produtivo que a multiplicidade das formas de ser do trabalho predomina, tal fato não pode indicar o deslocamento da produção de valor baseado no excedente de trabalho humano.

Procuraremos desenvolver tal hipótese no terceiro capítulo desses escritos, onde trataremos de questões marxianas sobre as formas de subsunção do trabalho ao capital, o percurso teórico em que se dá a real subsunção do trabalho ao capital e suas articulações com a produção de mais valia. Por hora, continuaremos a exposição das ideias que os *teóricos imaterialistas* desenvolveram em seus trabalhos teóricos, partindo da interpretação dos *Grundrisse* em Marx. Diante disso, torna-se necessário realizarmos uma análise dessa interpretação, e é isso que faremos agora.

Trabalho imaterial e os *Grundrisse* (Borrador)

À luz da teoria do trabalho imaterial, a principal referência a Marx, sobretudo em relação ao fim do trabalho como medida de valor do capital, se dá com os *Grundrisse* (Borrador). Os *teóricos imaterialistas* indicam uma leitura dos manuscritos de Marx que evocam a possibilidade de uma transição ao socialismo pelo esgotamento do modelo de trabalho tipo industrial clássico.

O fim da hegemonia do trabalho industrial, entendido por atividade que visa a produção de mercadorias com valores de troca e produtor de mais valia, e o conseqüente

esgotamento do modelo produtivo calcado na valorização do capital por meio do trabalho, é apreendido, pelos *teóricos imaterialistas*, através de uma interpretação dos *Grundrisse* de Marx. Diante de tal hipótese, responderemos e analisaremos, a seguir, como se dá essa interpretação de Marx, no Borrador, pelos *imaterialistas*.

No conjunto da obra de Marx, o desenvolvimento das categorias: valor-trabalho, trabalho abstrato, forças produtivas e relações de produção, dá-se pelo próprio aprimoramento do capitalismo ancorado no surgimento da grande indústria. Ou seja, é a partir da indústria, enquanto *ente posto*, que as articulações reflexivas marxianas se realizam. Do desenvolvimento da manufatura até a grande indústria, Marx delineia as características do capitalismo enquanto *sistema produtivo histórico*. Nesses termos, *são as características da grande indústria aquelas que servirão como base para o desenvolvimento das principais categorias marxianas* (CAMARGO, 2011, p.23).

No entanto, como aponta Camargo (2011) em Marx, não é permitido identificar, em termos, industrialismo com capitalismo, vejamos:

[...] para Marx, industrialismo não tem o mesmo significado que capitalismo. [...] o modo de produção capitalista, e as características específicas a ele pertinentes, só podem ser superados quando aquele conjunto de atributos próprios ao modo de produção industrial também o for; para Marx mudanças quanto ao modo de distribuição são distintas de mudanças quanto à produção (p.23).

Nesses termos, *produção não é equivalente à distribuição*, ou seja, mesmo partindo do pressuposto que o trabalho industrial já não exerce sua hegemonia no mundo da produção, não podemos considerar que, em Marx, isso significa a superação do capitalismo. Pois, para Marx, superar o capitalismo significa superar toda uma teia de relações específicas intrínsecas ao modo de produção e valorização do capital, como a produção de mais valia e as relações de trabalho.

No entanto, os *teóricos imaterialistas* apontam na direção da superação do capitalismo pela superação da indústria clássica, e a consequente desmedida do valor-trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas criaria condições para superar o próprio capital, ou seja, o horizonte de emancipação do capitalismo estaria ancorado no desenvolvimento econômico; deslocando, assim, o papel das lutas de classes do cerne da análise. Essa concepção economicista da emancipação do capital desprivilegia toda uma série de concepções marxianas que consideram a luta de classes o motor da história. No decorrer desse capítulo, analisaremos de forma mais sucinta o deslocamento da noção de classe na contextualização do trabalho imaterial, partindo da corrente de pensamento italiana

denominada *Operaismo*. Por enquanto, continuemos a análise da interpretação dos *teóricos imaterialistas* do *Borrador* em Marx.

Boa parte dos desdobramentos teóricos do trabalho imaterial assumem a noção de *intelecto geral* citado por Marx no *Borrador*. Percebemos que o uso de tal expressão aparece uma única vez no conjunto da obra marxiana, e ele – Marx – o cita - *intelecto geral* – de forma vaga, em uma das passagens dos manuscritos, dando margem a inúmeras interpretações que surgiram do termo, vejamos no conjunto dos manuscritos como aparece tal citação:

A natureza não constrói máquinas nem locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, máquinas de fiar automáticas etc. Elas são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua atividade na natureza. Elas são *órgãos do cérebro humanos criados pela mão humana*; força de trabalho objetivada. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social, conhecimento, deveio *força produtiva imediata* e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sobre o controle do **intelecto geral** e foram reorganizadas em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só na forma do saber, mas como órgãos imediatos da práxis social; do processo real da vida. (MARX, 2011, p. 589) (Destaque nosso).

Marx utiliza-se do conceito de intelecto geral para se referir a um determinado grau de desenvolvimento do capitalismo em que um conhecimento abstrato, baseado na ciência e difuso por toda a sociedade, passa a ocupar um papel primordial como força produtiva, *na forma de uma intelectualidade difusa que substitui aquelas formas de trabalho repetitivo exercido pelo proletariado*. (CAMARGO, 2011, p. 29).

Numa situação histórica em que não seria mais o tempo de trabalho a parte constitutiva principal do valor, a questão a ser colocada é como o capital continua a se valorizar e como, nesse contexto, permanece o processo de acumulação. A maior peculiaridade dos *Grundrisse* está justamente na problematização do possível esgotamento do modelo da grande indústria de produção. E essa questão serviu como contrapartida para os teóricos do trabalho imaterial embasarem sua teoria.

Uma passagem anterior a essa demonstrada acima no *Borrador* clareia ainda mais a ideia marxiana sobre o possível destino do trabalho com o desenvolvimento da grande indústria, vejamos:

A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, i.e., o pôr-se do trabalho social na forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da *relação de valor* e da produção baseada no valor. O seu pressuposto é e continua sendo a massa de tempo de trabalho imediato, o *quantum* de trabalho empregado como fator decisivo da produção de riqueza. No entanto, à medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza efetiva passa a depender menos de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em

movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade - por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção (MARX, 2011, p. 587-588).

O conceito, quando confrontamos tal ideia com algumas passagens dos *Grundrisse* que nos falam sobre o potencial e tendencioso esgotamento do modo de produção industrial, de trabalho abstrato, como base na formação do valor, se torna algo complexo e problemático. Em diversas partes dos *Grundrisse*, Marx nos sugere que com o avanço e a ascensão técnica das forças produtivas na grande indústria se desenvolve, no modo de produção capitalista, uma tendência bastante evidente de diminuição do tempo de trabalho humano utilizado na criação do valor; sendo o valor, segundo Marx, aquilo que se constitui mediante o tempo de trabalho, temos uma problematização do próprio pensamento marxiano que, por hora, pode parecer contraditório e incoerente, mas devemos ser cautelosos para com tal análise. Nos *Grundrisse* (Borrador) Marx oferece uma possível tendência do sistema produtivo, não esquematizada da mesma forma no *Capital*. No *Capital* Marx aprofunda sua análise num sistema produtivo calcado na grande indústria com seus desdobramentos no trabalho humano; nos *Grundrisse* Marx nos oferece tendências futuras de acordo com o desenvolvimento da técnica produtiva e seus possíveis efeitos na valorização do capital.

Marx definiu, em *O Capital*, o valor de troca como a expressão fenomênica do valor que é agregado à mercadoria com base na exploração do trabalho; ou melhor, no tempo médio de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias. Assim, a medida do valor, para Marx, é o tempo de trabalho despendido na produção, é a utilização da força de trabalho na produção medida em unidades de tempo, sendo que esse valor é fruto das necessidades humanas, sejam elas originadas do *estômago ou da fantasia* (MARX, 1988).

Nesse sentido, Marx desenvolve a teoria do valor-trabalho, no contexto do capitalismo, como uma teoria da exploração do trabalho. Fundamenta-se, dessa forma, uma análise social que consagra a produção de mercadorias - materiais ou não - como seu objeto de análise central, e o trabalho abstrato, como elemento decisivo para a valorização do capital.

No entanto, nos *Grundrisse*, Marx alude um futuro em que o próprio desenvolvimento das *forças produtivas* geraria as condições para a cessação do tempo de trabalho como medida de valor do capital.

O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre a qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a sua grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho

deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não trabalho dos poucos deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma da precariedade e contradição. [Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário não para por trabalho excedente, mas para a redução do trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles (MARX, 2011 p. 588).

Essa longa citação foi utilizada para demonstrar o embasamento teórico dos *imaterialistas* na concepção do trabalho imaterial, em especial no que tange à saída de cena do trabalho como fonte de valor do capital, no próprio pensamento de Marx.

A ideia de uma sociedade emancipada do tempo de trabalho, vislumbrada por Marx, e capturada pelos *teóricos imaterialistas*, é vista como um fenômeno contemporâneo, expresso na *atual sociedade pós-fordista*, onde a força de trabalho se transformou em *intelecto geral*. *O trabalho se transforma integralmente em trabalho imaterial e a força de trabalho em “intelectualidade de massa”* (LAZZARATO e NEGRI, 2001 p. 27).

A interpretação de *intelecto geral* (*General Intellect*) ou *intelectualidade de massa* que os *teóricos imaterialistas* desenvolvem, vai ao encontro de *uma força de trabalho social e autônoma capaz de organizar o próprio trabalho e as próprias relações com a empresa* (LAZZARATO e NEGRI, 2001 p. 26).

A *intelectualidade de massa* é desarticulada da produção baseada no valor do trabalho, ou seja, ela não produz mais-valia através do *roubo do tempo alheio*; mas pela produtividade geral, pela *cooperação social do trabalho*, através de uma transformação radical do sujeito na sua relação com a produção.

Nesses termos, os *teóricos imaterialistas* enxergam no *intelecto geral* o novo sujeito produtivo que trabalha, em termos, livre das *amarras do valor*, baseado no tempo de trabalho excedente. A cooperação é vista como um alicerce dessa nova concepção de trabalho.

Acima de tudo, portanto, a independência progressiva da força de trabalho, enquanto força de trabalho intelectual e trabalho imaterial em face do domínio capitalista. Nas fábricas pós-fordistas e na sociedade produtiva pós-industrial, os sujeitos produtivos se constituem, tendencialmente, primeiro e de modo independente da atividade empreendedora capitalista. A cooperação social do trabalho social, na fábrica social, na atividade terciária, manifesta uma independência frente à qual a função empreendedora se adapta, ao invés de ser a fonte e a organização. Essa função empreendedora, “personificação do capital”, em vez de se constituir uma premissa, deve, portanto reconhecer a articulação independente da cooperação social do trabalho na fábrica, na fábrica social e no terciário de ponta, e adaptar-se a eles. (LAZZARATO e NEGRI, 2001 p. 31).

Nessa nova concepção do trabalho, tem-se a ideia, em parte, da inversão hierárquica entre trabalho e capital, pois, não são os trabalhadores que devem se adaptar às mudanças e metamorfoses do capital, mas o próprio capital que deve se adaptar às novas configurações do trabalho. É o trabalho que dita as regras, através de uma cooperação social, em parte, crescentemente autônoma e independente.

É a *intelectualidade de massa* o novo sujeito produtivo, que não deve mais ser visto através de uma relação antagônica baseada na exploração, mas através da cooperação, um novo sujeito capaz de gerir seu próprio trabalho de forma independente, em certa medida, do mando do capital.

No momento em que o controle capitalista da sociedade tornou-se totalitário, o empreendimento capitalista vê as suas características constitutivas tornarem-se puramente formais. De fato, ele exercita hoje sua função de controle e de vigilância do externo do processo produtivo, porque o conteúdo do processo pertence sempre mais a outro modo de produção, à cooperação social do trabalho imaterial. A época em que o controle de todos os elementos da produção dependia da vontade e da capacidade do capitalista é superada: é o trabalho que, cada vez mais, define o capitalista e não o contrário. O empreendedor, hoje, deve ocupar-se mais de reunir os elementos políticos necessários para a exploração da empresa do que das condições produtivas do processo de trabalho. Estas se tornam, no paradoxo do capitalismo pós-industrial, progressivamente independentes da sua função (idem, p. 31 e 32).

Vejamos mais uma breve citação dos *teóricos imaterialistas* para, em seguida, resumirmos os argumentos:

A “intelectualidade de massa” se constitui sem ter a necessidade de atravessar a “maldição do trabalho assalariado”. A “abstração capaz de todas as determinações”, segundo a definição marxiana, desta base social, permite a afirmação de uma autonomia de projeto, ao mesmo tempo positiva e alternativa. (LAZZARATO e NEGRI, 2001 p. 36).

Toda essa série de citações teve por propósito elucidar as indicações dos *teóricos imaterialistas* acerca das *formas de ser do trabalho* na atualidade, trabalho classificado como imaterial e regido pela *intelectualidade geral*.

As críticas que efetuaremos sobre tais concepções dessa *nova realidade social* concentrar-se-ão no terceiro capítulo desses escritos: *O Trabalho para Marx: Uma crítica marxista da concepção de Trabalho Imaterial*, porém, cabem aqui alguns apontamentos da teoria exposta. Primeiro, conceber aos trabalhadores o comando das relações de produção é, de certo modo, incoerente; mesmo se levarmos em conta exigência de uma maior qualificação, por parte do trabalhador, no mercado de trabalho; esse trabalhador dotado de um

maior *conhecimento* não pode formar *uma intelectualidade geral* capaz de ter as réguas do sistema produtivo, pois ele ainda está inserido no mesmo modo de produção capitalista que subsume trabalho ao capital, tal como os operários da era fordista que eram, em parte, dotados de uma menor qualificação. A esse respeito, Ricardo Antunes (1999, p.119) demonstra que:[...] *o capital não pode eliminar o trabalho vivo no processo de criação de valores, ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido.*

Dessa forma, ao invés de pensarmos sobre a atrofia do trabalho enquanto medida de valor, defendemos a tese da necessidade de expansão de extração de mais-valor do trabalho, realizado pelo capital, e como exemplo disso, citamos as diversas formas de precarização do trabalho na atualidade: trabalho *part time*, terceirizado, por tempo determinado e desprovido de direitos outrora conquistados. Essas novas formas de *ser do trabalho* não expressam uma maior autonomia frente ao capital, e sim o inverso, pois a classe-que-vive-do-trabalho⁵ está cada vez mais afastada do mando econômico e sem direitos, em termos, de reivindicá-lo.

A redução do proletariado estável, herdeiro do taylorismo / fordismo, a ampliação do trabalho intelectual abstrato no interior das fábricas modernas e a ampliação generalizada das formas de trabalho precarizado (*trabalho manual abstrato*) sob a forma do trabalho terceirizado, *part time*, desenvolvidas intensamente na “era do emprego flexível” e da desverticalização produtiva, *são fortes exemplos da vigência da lei do valor* (idem, p. 120).

⁵ Ricardo Antunes (1999) utiliza a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* para abarcar, de forma geral, a classe trabalhadora produtiva, como o autor diz: *no sentido dado por Marx, especialmente no Capítulo VI Inédito*(p.102). Essa classe reúne desde o trabalhador clássico tipo assalariado ao trabalhador informal e precarizado. Tal expressão criada por Antunes teve por proposta unificar a classe trabalhadora na atualidade, pelo fato das constates refutações teóricas de sua existência realizadas pelos *teóricos imaterialistas* e por aqueles que descentralizam o trabalho na contemporaneidade. Mas devemos salientar que essa categoria de classe-que-vive-do-trabalho foi bastante criticada. Afinal, qual é a classe que não vive do trabalho? Mesmo o capitalista vive do trabalho, mesmo que seja da exploração do trabalho alheio. Em busca de uma categoria que desse suporte à noção ampliada da classe trabalhadora hoje, Antunes manteve a expressão hifenizada, porém, de certa forma, considerando as críticas recebidas. Diante disso o autor salientou que “a classe-que-vive-do-trabalho deve incorporar também aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores terceirizados, fabril e de serviços, *part time*, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados bóias-frias das regiões agro-industriais, além, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados, que se constituem nesse monumental exercito industrial de reserva. Estão excluídos, em nosso entendimento, isto é, não fazem parte da classe trabalhadora, os gestores do capital, que são parte constitutiva (objetiva e subjetivamente falando) da classe dominante, exercendo papel central no controle, mando e gestão do processo de valorização e reprodução do capital. eles são as personificações assumidas pelo capital. Estão excluídos também aqueles que vivem de juros e da especulação. Os pequenos empresários urbanos e rurais, proprietários dos meios de produção, estão, em nosso entendimento, excluídos da noção ampliada, que aqui desenvolvemos, de classe trabalhadora, porque não vendem seu trabalho diretamente em troca de salário, ainda que possam, e freqüentemente são aliados importantes da classe trabalhadora assalariada”. Ricardo Antunes, *O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia*, in *Serviço Social e Sociedade*, número 69, ano XXIII, março de 2002. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2002.

O que Ricardo Antunes demonstra é que o capital, também na atualidade, procura maximizar sua acumulação, mas o faz precarizando de forma mais acentuada o trabalho, retraindo direitos trabalhistas e delegando aos trabalhadores, mesmo nos países de mando econômico, apenas a escolha de trabalhar nessas condições ou ficar desempregado. Não se trata, pois, do trabalho ditar as regras, como os *teóricos imaterialistas* salientam, mas o contrário, é o capital que, cada vez mais, amplia seu poderio sobre o trabalho com o intuito de maximizar a extração de valor.

Após essas breves colocações, voltemos para a análise da *força de trabalho* realizada pelos *imaterialistas*. Com fins de síntese, podemos assim caracterizar o trabalho imaterial de acordo com o exposto nas citações: 1. Constituição dos *sujeitos produtivos* independentes, em termos, do capital. 2. A *intelectualidade de massa* como força produtiva central. 3. O fim do trabalho enquanto medida de valor do capital. 4. O fim, em termos, do antagonismo entre capital e trabalho. 4. A dissolução crescente do trabalho assalariado. 5. O deslocamento do mando do empreendedor capitalista, que passa a ser apenas “formal”. 6. A “cooperação” como cerne da análise.

Todos esses atributos do trabalho, instituídos, teoricamente, pelos *teóricos imaterialistas*, a nosso ver, são, grosso modo, equivocados, pois partem de uma interpretação incoerente do *Borrador* de Marx e, conseqüentemente, tentam negar Marx pelos próprios escritos marxianos.

Partiremos da hipótese de que a *intelectualidade geral* citada por Marx no *Borrador* é, na verdade, a constituição do socialismo pleno desvinculado, na totalidade, do modo de produção capitalista e, para constituir-se, depende da completa dissolução do trabalho produtivo (trabalho que produz mais-valia), ou seja, de que não é possível admitir a tese de que o sistema capitalista de produção exista sem o *trabalho produtivo* como fonte de valor para o capital.

De acordo com a teoria do trabalho imaterial, esse novo *sujeito produtivo* – *intelectualidade de massa*, não é visto numa perspectiva de classe, pois sua constituição foge do antagonismo estabelecido entre capital e trabalho tal como era nos idos tempos do período fordista de produção.

Quando dizemos que essa nova força de trabalho não pode ser definida no interior de uma relação dialética, queremos dizer que a relação que esta tem com o capital não somente antagonista, ela está além do antagonismo, é alternativa, constitutiva de uma realidade social diferente. O antagonismo se apresenta sobre a forma de um poder constituinte que se revela alternativo às formas de poder existentes. A alternativa é a obra dos sujeitos independentes, isto é, constitui-se no plano da

potência, e não somente do poder. O antagonismo não pode ser resolvido ficando no terreno da contradição, mas quando ele conseguir desembocar numa constituição independente, autônoma. O velho antagonismo das sociedades industriais estabelecia uma relação contínua, mesmo se de oposição, entre os sujeitos antagonistas e, como consequência, imaginava a passagem de uma situação de poder dada àquela das forças antagonistas como uma “transição”. Nas sociedades pós-industriais, onde o General Intellect é hegemônico, não há mais lugar para o conceito de “transição”, mas somente para o conceito de “poder constituinte” como expressão radical do novo. A constituição antagonista, portanto, não se determina mais a partir do trabalho assalariado, mas da sua dissolução; não sob a base das figuras do trabalho, mas daquelas do não-trabalho. [...] A identificação dos antagonismos reais é, portanto, subordinada à identificação dos movimentos, dos seus significados, dos conteúdos dos novos poderes constituintes (LAZZARATO e NEGRI, 2001 p. 36 e 37).

É nítida, nesses escritos, a descentralização do conceito de classe. Há uma desconstrução teórica das classes sociais em prol da constituição da *intelectualidade geral*, ou seja, as identidades coletivas constituintes de um extrato social determinado, num contexto econômico determinado, são diluídas no *General Intellect*. O desaparecimento, em termos, das classes sociais, torna-se consequência do fim do antagonismo econômico que separava o capital do trabalho.

Nesses termos, não há de se falar em revolução, pois os atores sociais envolvidos foram dissolvidos na *multidão*. O velho antagonismo entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores – desprovidos desses meios - esgota-se pela constituição do novo, não o novo pensado numa inversão dialética da relação entre capital e trabalho, dado por uma transição de poder, mas o novo pensado sobre a forma de *poder constituinte*.

Os antagonismos migram das relações de produção constituídas para as relações constituintes, ou seja, as diferenças não mais se identificam pelo antagonismo entre proprietários/ não proprietários dos meios de produção, de forma estabelecida e constituída de maneira heterônoma, opondo lados contrários e opostamente divergentes, mas pela *constituição de subjetividade alternativa, de organização independente dos trabalhadores* (LAZZARATO e NEGRI, 2001 p. 37).

Não é tarefa fácil compreender essa nova realidade descrita pelos *teóricos imaterialistas*, sobretudo pela relativa imprecisão textual que esses teóricos utilizam. Assim, vamos tentar sintetizar os argumentos de forma mais esclarecedora para, com isso, podermos dialogar com tais ideias.

Os novos sujeitos sociais não podem ser pensados através de uma perspectiva de classe, pois classe implica em antagonismos sociais estabelecidos pela relação dualista e dialética entre patrões e empregados, relação esta que tende a desaparecer pela generalização da *intelectualidade de massa* (*General Intellect*). Ao retirar de cena essa dualização

antagônica, a organização dos trabalhadores não mais se estabelece com vistas à inversão da relação capital *versus* trabalho, pois não mais existe o que inverter, dada a ausência de lados opostos estabelecida pelo novo capitalismo, com isso a organização do trabalho se constitui de maneira independente e autônoma de qualquer dualidade oposicionista. Não é mais o antagonismo que determina o rumo das lutas, mas a nova subjetividade dos trabalhadores, constituída de maneira independente de qualquer dualização. *O antagonismo não pode ser resolvido ficando no ramo da contradição, mas quando ele consegue desembocar numa constituição independente, autônoma* (idem, p. 36).

A subjetividade reina na era do trabalho imaterial, desvinculada de qualquer finalismo antagônico histórico. *A subjetividade, como elemento de indeterminação absoluta, torna-se um elemento de potencialidade absoluta* (LAZZARATO e NEGRI, 2001 p. 35).

Vislumbrar um mundo onde as classes sociais não possuem determinação, implica em abarcar as diferenças econômicas entre determinados grupos sociais na *Multidão*.

Hardt e Negri lançaram *Multidão (Multitudes)* em 2005; tal obra é, ou tenta ser, revolucionária, pois se trata de uma síntese das ideias de Hardt e Negri acerca do tendencioso fim das classes sociais, ou seja, o fim, em termos, do antagonismo entre capitalistas e trabalhadores.

Como apontamos nesse trabalho, a primazia da subjetividade é umas das características mais notáveis do pensamento de Hardt e Negri, pois eles a determinam fora da relação de capital e do antagonismo de classe, ela se constitui no *General Intellect* e é pensada em sujeitos autônomos e não em classes determinadas. O processo de produção da subjetividade, o processo *tout court*, se constitui “fora” da relação de capital, no cerne dos processos constitutivos da intelectualidade de massa, isto é, na subjetivação do trabalho (op. cit.)

O conjunto de diferentes subjetividades, independentes e autônomas, pois estão fora da relação de capital, e não se tratam de classes, pois classes implicam, entre outros, em antagonismo e, como os *teóricos imaterialistas* defendem, a dualidade antagônica entre patrões e empregados tende a desaparecer, forma a Multidão, onde reina as múltiplas singularidades cooperantes e disformes.

A Multidão é composta de um conjunto de singularidades - e com singulares queremos nos referir aqui a um sujeito social cuja diferença não pode ser reduzida à uniformidade, uma diferença que se mantém diferente. As partes componentes do povo são indiferentes em sua unidade; tornam-se uma identidade negando ou apartando suas diferenças. As singularidades plurais da multidão contrastam, assim, com a unidade indiferenciada do povo. [...] A multidão é um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (nem muito menos na indiferença), mas daquilo que tem em comum. [...] A multidão, embora se mantenha múltipla e internamente diferente, e capaz de agir em comum, e portanto de se governar. Em vez de ser um corpo político com uma parte que comanda e outras que obedecem, a multidão é *carne viva* que governa a si mesma (HARDT E NEGRI, 2004, p. 140)

A especificidade da Multidão consiste na capacidade de abarcar as diferenças e não ter por intuito construir uma identidade nessa diferença, sua multiplicidade imensurável de subjetividades autônomas são articuladas em rede por processos de cooperação, e essas incontáveis diferenças acabam por fragmentar sobremaneira a classe trabalhadora que, no limite, deixa de existir enquanto classe.

Essa diferença conceitual e prática entre Multidão e classes sociais, em especial a classe trabalhadora, consiste no fato de que:

Classe operária é basicamente um conceito restrito baseado em exclusões. Em sua concepção mais limitada, classe operária refere-se apenas ao trabalho industrial, excluindo assim todas as demais classes trabalhadoras. Em sua concepção mais ampla, a classe operária refere-se a todos os trabalhadores assalariados, com isso excluindo as diferentes classes não-assalariadas. A exclusão de outras formas de trabalho da classe operária baseia-se na ideia de que existem diferenças de espécie ente, por exemplo, o trabalho industrial masculino e o trabalho reprodutivo feminino, entre o trabalho industrial e o trabalho camponês, entre os empregados e os desempregados, entre os operários e os pobres. A classe operária é considerada a classe produtiva primordial, estando diretamente sob o controle do capital e sendo por isso o único sujeito que pode agir com eficácia contra o capital. As outras classes também poderiam lutar contra o capital, mas somente subordinadas à liderança da classe operária. Fosse esse efetivamente ou não o caso do passado, o conceito de multidão repousa no fato de que não é o que acontece hoje em dia. Em outras palavras, o conceito repousa na tese de que não existe uma prioridade política entre as formas de trabalho: todas as formas de trabalho hoje são socialmente produtivas, produzem em comum e também compartilham um potencial de resistir à dominação do capital. [...] Em contraste com as exclusões que caracterizam o conceito de classe operária, assim, a multidão é um conceito aberto e expansivo. A multidão confere ao conceito de proletariado sua definição mais ampla: todos aqueles que trabalham e produzem sob o domínio do capital. Para verificar esse conceito de multidão e seu projeto político, teremos que estabelecer que as diferenças já não vigoram; em outras palavras, que existem condições para que os vários tipos de trabalho se comuniquem, colaborem e se tornem comuns (Idem, p. 148 e 149).

É nítido o quanto os *teóricos imaterialistas* simplificam o conceito de classes sociais em Marx, como se todas as “classes trabalhadoras” se reduzissem à classe proletária industrial e assalariada. Nem mesmo à época de Marx, as classes trabalhadoras, entendidas como classe que é despossuída dos meios de produção e, como consequência, é obrigada a vender sua

força de trabalho àqueles que detêm os meios de produzir, se simplificavam e se reduziam nos proletários industriais assalariados.

Na atualidade, a ampla heterogeneização das categoriais profissionais, dificulta ainda mais esse reducionismo do conceito de classes trabalhadoras em Marx que os *teóricos imaterialistas* realizam.

Como já exposto nesse trabalho, Ricardo Antunes, procurou unir teoricamente as inúmeras classes trabalhadoras que dependem da venda de sua força de trabalho, seja direta ou indiretamente, às corporações empresariais na noção de classe-que-vive-do-trabalho. O que une essas classes na atualidade é o fato de dependerem de vender sua força de trabalho para sobreviverem; aqui colocamos todos os trabalhadores que não detêm os meios de produzir, seja o assalariado direto, contratado, embora de forma incipiente, e aqueles que vivem na informalidade ou são pequenos empreendedores, sucumbidos e imersos na ideologia do empreendedorismo, essa que possui como discurso o *Do it Yourself* (Faça você mesmo), discurso que valoriza aqueles que vão buscar, “sozinhos”, seu espaço no mercado. Vamos falar um pouco mais sobre tal ideologia, tal fato servirá também para fazermos um paralelo entre o empreendedorismo e o trabalho imaterial.

A ideologia do empreendedorismo procura tomar o lugar da ideologia do trabalhismo, no sentido de pôr novos valores à sociedade relacionados ao trabalho. Dos anos de 1950 ao final dos anos de 1980, grosso modo, aqui ressaltaremos o caso brasileiro, embora tal fato seja válido para todas as economias capitalistas, sejam centrais ou periféricas, o relativo sucesso do binômio fordismo-taylorismo, disseminou a ideia de que a manutenção do emprego assalariado por, pelo menos, boa parte da vida dos trabalhadores, era a garantia de uma vida tranquila, honesta e, grosso modo, bem sucedida. Aqueles que não tinham um emprego assalariado e carteira assinada era, pela mesma ideologia, tidos como marginais ou despossuídos de moral e, conseqüentemente, viveriam à margem da sociedade que trabalha e “vive dignamente”. Não era difícil ver no Brasil um trabalhador tendo que provar que vivia dignamente, apresentando sua carteira de trabalho assinada; a carteira era a garantia de honestidade e moralidade, como se aqueles que não a tivessem fossem, inevitavelmente e imediatamente, marginais e delinquentes sujeitos a sanções morais e até mesmo penais.

A carteira assinada garantia, assim, aos trabalhadores contratados, uma vida relativamente estável e mais, outorgava àqueles que a possuíam, o título de sujeito honesto e, a primeira vista, isentos da criminalidade e de marginalidade. Um sujeito honesto e “direito” era aquele que acordava todos os dias da semana no mesmo horário e cumpria uma jornada de trabalho previamente estabelecida, aquele que, por influência ideológica, aceitava com

agrado a graça de possuir um emprego e não estar vivendo às margens da vida social tida, ideologicamente, como correta e honesta. A relativa estabilidade do trabalhador com carteira assinada era, em termos, garantida, no caso do Brasil, pela forte e abrangente presença, à época, da CLT. É claro que essas ideias relacionadas ao trabalho assalariado ainda sem mantém, tanto no Brasil como em outros países, porém, atrofiada pela ideologia do empreendedorismo. Os empreendedores são vistos como os novos sujeitos produtivos que decidiram ser “patrões de si mesmos”, iludidos pela ideia de que podem viver uma maior autonomia no seu empreendimento do que como empregados contratados. É importante salientarmos que esses “empreendedores” não estão garantidos por uma maior autonomia frente às grandes empresas e corporações, eles estão conectados por uma grande teia produtiva que une os mais variados empreendimentos e corporações. Como exemplo, atentemos a alguns desses *empreendimentos autônomos*: uma pequena barraca de lanches na rua, essa é, de certa forma, obrigada a comercializar produtos de grandes corporações industriais sob pena de sucumbir, caso opte por ignorar marcas transnacionais e globais. A grande cadeia produtiva global abarca desde os menores empresários às grandes redes corporativas transnacionais.

Em síntese, o que queremos mostrar é que, apesar da ideologia do empreendedorismo camuflar essa realidade, com um discurso diferente, não existe autonomia frente às cadeias produtivas globais, por mais que pareça autonomia nas práticas empreendedoras, o que existe, de fato, é uma grande dependência dos pequenos aos grandes e, de modo muito menor, porém não menos importante, o inverso. E tal fato não é perceptível aos empreendedores, pois o mesmo é camuflado pelo véu da ideologia do empreendedorismo, que visa disseminar a ideia da autonomia para disfarçar a prática da dependência de mercado.

Essa “autonomia” do empreendedor pode ser analisada em paralelo à autonomia do trabalho nos moldes do trabalho imaterial, pelo caráter não ambivalente dos discursos.

Em outros termos, na teoria do trabalho imaterial tem-se a ideia do trabalho realizado, em sua organização, de forma independente do mando do capital, articulado em rede e constituído pela cooperação, vejamos:

O trabalho imaterial se constitui em formas imediatamente coletivas e não existe, por assim dizer, se não sob a forma de rede e fluxo. A submissão à lógica capitalista da forma de cooperação e do “valor de uso” dessa atividade não tolhe a autonomia e a independência de sua constituição e de seu sentido (LAZZARATO e NEGRI, 2001 p 50)

A forma específica de organização do trabalho imaterial, por redes e fluxos, indica uma autonomia em sua organização, embora ainda subordinado à lógica produtiva do capital, semelhante ao discurso do empreendedorismo, pois esse último difunde a ideia do *trabalhar para si* como uma forma inovadora do libertar-se da heteronomia produtiva, ou seja, ditar as regras do próprio trabalho de forma independente em sua organização e gestão, embora, tal como no discurso do trabalho imaterial, ainda regido pela lógica interna do capital.

Em suma, o paralelo que procuramos indicar entre o empreendedor e o trabalhador do trabalho imaterial é a ideia da autonomia de suas formas de organização e direção, mesmo que ainda inseridos numa lógica produtiva onde essa relativa autonomia só pode concretizar-se na margem, sob determinados limites. Porém, entendemos que nem mesmo na margem pode haver autonomia suficiente nas formas de organização de ambos, pois essas aparentes formas de organização autônoma são na verdade regidas pela própria dinâmica do capital e não o inverso, ou seja, a própria lógica neoliberal que visa cada vez mais precarizar o trabalho, fazendo o trabalhador pensar que ele pode ser patrão de si mesmo e ditar as regras de sua produção.

[...] forja-se, por fim, uma política do tipo neoliberal que, em outros aspectos, motiva as formas de empreendedorismo, do empresário social como nexos causais da transformação social, já que nessa utópica transformação do “eu-empresário” estaria pressuposta a transformação da massa da intelectualidade (AMORIM, 2009 p 100)

Essa suposta autonomia encerrar-se-ia no deslocamento da noção de classe trabalhadora por, entre outros, conceber o trabalhador como um empresário que não encontra identidade, política e de trabalho, no conjunto, como nos moldes da classe trabalhadora em Marx.

Entendemos que os *teóricos imaterialistas* enxergam em Marx, certo reducionismo analítico na concepção de classes, e que na atualidade, pela multiplicidade e ampla diversidade dos sujeitos, perde-se a noção do conceito.

A visão marxista das classes trabalhadoras da atualidade, aqui a de Ricardo Antunes, demonstrada a pouco nesses escritos, já indicam a fragilidade de tal “dedução” realizada pelos *teóricos imaterialistas* mesmo se a adotarmos para a análise das classes sociais na atualidade, devemos pensar no seguinte: as diferenças mais marcantes das classes sociais na época de Marx, e as que se apresentam hoje, partindo do pressuposto de que essas classes sofreram alterações e muitas, sobretudo relacionadas à sua composição e pela sua maior complexidade analítica, complexidade essa relaciona à quase impossibilidade de uma definição categorial precisa das classes na atualidade, dada a multiplicidade dos sujeitos no processo produtivo

atual, não significam ruptura, pois, entre outros, ainda permanece vigente um grupo de pessoas que não possuem outra forma de sobreviver senão pela venda de sua força de trabalho.

No epílogo de *O Capital*, encontramos uma passagem em que Marx nos apresenta uma definição mais conceitual do termo classe, vejamos:

Os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários do capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de receita são o salário, o lucro e as rendas do solo, ou seja, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção (MARX, 1988 p. 99).

Esse trecho do *Capital* mostra que para Marx a classe proletária é detentora somente da sua força de trabalho e depende dessa para sobreviver, desse modo ela a vende pro capital em troca de um salário. Visto desse modo, utilizando dessa nomenclatura específica: classe proletária, assalariados, salário etc. soa um anacronismo teórico de pouca relevância no discurso do trabalho na atualidade. Porém, se utilizarmos as seguintes expressões: empreendedor, associado, colaboradores, cooperados, renda, pró-labore, participação nos lucros etc. o discurso já toma outros ares.

Nosso intuito aqui é mostrar que não importa a nomenclatura utilizada, quando queremos mostrar que aqueles trabalhadores que não possuem outra forma de sobrevivência para além da mera venda de sua força de trabalho, que pode ser realizada sobre as mais variadas formas na atualidade: trabalho em casa, prestadores de serviços autônomos, contratados por tempo determinado, pequenos empreendedores subordinados às grandes corporações empresariais etc. Todos esses trabalhadores estão inseridos na mesma lógica produtiva do capital, mesmo se admitirmos que nem todos realizam trabalho produtivo – que produz mais-valia. Ricardo Antunes faz o seguinte apontamento sobre tal:

Mas a classe-que-vive-do-trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia (1999, p.102).

A nosso ver, a classe-que-vive-do-trabalho não é nada reducionista, pelo contrário, ela abarca toda a pluralidade de trabalhadores que possuem em comum o fato de poderem contar somente com a venda de sua *força de trabalho* para poderem sobreviver, ou seja, um conjunto de trabalhadores com uma necessidade imanente de vender sua força de trabalho, seja de forma direta, através de um contrato assinado com uma empresa, ou de forma indireta, como

o exemplo dos chamados *empreendedores* ou em outras formas de trabalho não assalariado, porém subordinado ao capital.

Dessa forma, o capitalista pode obter a força de trabalho do produtor direto e produzir mercadorias com mais valor de troca sem necessariamente pagar salário, ou seja, o capitalista pode, ainda, assalariar indiretamente, condicionando o pagamento da produção “autônoma” do trabalhador a condições de compra pré estabelecidas pelo empresário. Podemos citar, como exemplo, o trabalhador doméstico e o das cooperativas de trabalho, nesses casos, os trabalhadores, alheios às formas clássicas da relação salarial estão, nessa perspectiva teórica, fora da situação de mercado assalariado e, desse modo, não se constituindo uma classe operária.

Os trabalhadores das cooperativas e associações podem ser vistos como empresários, já que não se constituem como classe operária, por não serem assalariados, já que eles também, em alguns casos, detêm os meios de produção. Contudo, se nos ativermos à questão mais fundamental, eles realizam o processo de trabalho, produzindo partes ou mesmo mercadorias inteiras, eles não controlam, nem na margem, os rumos da produção e nem usufruem diretamente da riqueza produzida. Assim, no final das contas, por meio de um contrato com um capitalista, eles trabalham para alguém que controla o processo global e que não os remunera em consonância com o resultado da produção. O conhecido exemplo da marca de roupas Benetton na chamada *Terceira Itália*⁶, ilustra bem o exposto.

Agora, faz-se necessário o retorno ao tema do conceito de classe trabalhadora em Marx.

Os *teóricos imaterialistas*, no clamor de proclamar uma revolução teórica que indicaria a superação das classes sociais, tal como temos em Marx, por um novo sujeito social de natureza adversa e alheia a qualquer concepção antagônica que, segundo eles, seria reducionista demais para abarcar todo o universo heterogêneo e múltiplo do mundo do trabalho nos dias atuais, acabam por diluir qualquer identidade de classe na atualidade.

Aqui, faz-se necessário uma análise mais precisa do conceito de classe trabalhadora em Marx, para tal recorreremos à obra *O Dezoito Brumário*, por entendermos que essa é a principal obra de Marx no tocante ao tema de classes sociais.

⁶ A Terceira Itália representa um dos exemplos mais notórios de organização do trabalho nos moldes expostos pelos *teóricos imaterialistas*, ela se constitui numa região da Itália onde há o predomínio de cooperativas de produção trabalhando em redes “autônomas”. Grupos de pequenos empresários que adquirem o maquinário necessário à produção e passam a produzir em seus próprios espaços. Porém, tais empresários são subordinados às marcas que determinam a produção, como no caso da empresa Benetton, ou seja, não há autonomia, mas subordinação camuflada.

A análise de classe, ou seja, a análise que pretende entender os fenômenos sociais e políticos a partir das relações entre classes sociais situadas em um modo de produção determinado, é um dos pilares teóricos do marxismo. No entanto, não é tarefa fácil conceituar as classes, em especial a classe trabalhadora, nos escritos de Marx. Diante disso, nos atentaremos a alguns conceitos de classe na obra *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*.

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam uma das outras, e opõe o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe (MARX, 2003)

Dessa forma, pensar no conceito de classe trabalhadora hoje, significa pensar num agrupamento de pessoas com condições econômicas semelhantes e em oposição a outros grupos no mesmo contexto social; mas não somente, pois é necessário o estabelecimento de laços mais profundos que possibilitem uma identidade e uma perspectiva política comum, pois:

A situação de classe, que se associa imediatamente à situação econômica, não garante, por exemplo, que exista entre os trabalhadores algum nível de identidade, laços de pertencimento, modos de vida comuns e ação social coletiva. Nessa perspectiva, a situação econômica de um grupo de trabalhadores frente à organização social de produção é o ponto de partida para a identificação da classe social, mas não o fim do percurso, que demanda uma maior reflexão e pesquisa sobre o assunto (FERRAZ, 2009 p. 272)

Sendo assim, podemos conceber a classe trabalhadora na atualidade, ou a classe-que-vive-do-trabalho a partir do pressuposto de sua condição antagônica e subalterna frente às outras classes em presença, porém, esse simples fato não é suficiente para caracterizá-la, seria necessário pensar num conjunto de determinações bem mais amplo e, para tal, uma pesquisa bem mais intensa que fugiria da proposta desse trabalho.

Diante do exposto, nossa hipótese é que a classe trabalhadora atual constitui-se como classe pela própria presença do antagonismo social típico do capitalismo, e que para pensar na sua inexistência, seria necessário pensar na própria inexistência do capitalismo enquanto sistema econômico.

Nossa intenção aqui foi apenas levantar algumas questões sobre o conceito de classe, com o intuito de defender a continuidade do seu conceito nos dias atuais, mesmo apesar de sua difícil apreensão analítica e de sua suposta inexistência social. Diante disso, seguimos

nesse trabalho discutindo a gênese da teoria do trabalho imaterial na perspectiva do Operaísmo⁷, cujo debate sobre classes também é relevante.

Todo esse conjunto de características gerais do trabalho imaterial que apresentamos até o momento, compõem parte da estrutura da teoria, porém, é necessário verificarmos o percurso teórico dos autores do trabalho imaterial para chegar até as conclusões demonstradas.

A Gênese do trabalho imaterial: o Operaísmo Italiano

O caminho histórico da teoria do trabalho imaterial encontra seu berço teórico na perspectiva do Operaísmo italiano, entendido como corrente de pensamento denominada neomarxista, tendo como seus principais expoentes teóricos: Antônio Negri, Mario Tronti e Raniero Panzieri. Surgido entre os anos de 1950-1960, o operaísmo compreendia um conjunto de novas ideias que vislumbravam uma nova perspectiva de abordagem das lutas entre capital e trabalho, das classes sociais e da própria dinâmica da produção capitalista. A análise desses teóricos e militantes começa por observar o poder ativo da classe operária para transformar as relações de produção.

A ideia primordial do operaísmo é a inversão da ordem de pensamento da relação entre o desenvolvimento do capitalismo e as lutas operárias; se, de início, pensa-se a dinâmica do capital para após as lutas empreendidas pelo trabalho, na perspectiva operaísta parte-se do trabalho e das lutas operárias para pensar o desenvolvimento e as reestruturas do capital. Portanto, é a dinâmica das lutas operárias que configuram e reconfiguram a produção, e não o oposto. Nesse sentido, não se trata mais de submeter a classe operária às diretrizes políticas com o propósito de conscientizá-las, mas o inverso, submeter ou subordinar os arranjos político-sindicais às novas expressões subjetivas da classe trabalhadora. Vejamos com mais vagar como tal processo ocorre na perspectiva operaísta no seu decurso histórico.

Em sequência às formulações desenvolvidas na década de 1950, Tronti, Panziere e Negri fundam a revista “Cadernos Vermelhos” no início da década de 1960, essa pôde ser considerada o primeiro trabalho teórico de cunho operaísta. A partir de sua publicação, abriu-se um leque de trabalhos que exaltavam a ênfase no operariado como sujeito ativo e consciente das transformações do mundo produtivo, em destaque a revistas *Quaderni Rossi* e *Classe Operaia* (1963-1966). A partir de 1969, em especial com o movimento

⁷ O Operaísmo é uma corrente de pensamento italiana que preconiza a subjetividade trabalhadora em detrimento ao conceito de classe trabalhadora, ou seja, centraliza a autonomia operária como o “sujeito revolucionário”.

denominado “Outono quente” a tradição operaísta assentou-se na proposta da centralidade de um operário autônomo, sobretudo em relação aos partidos políticos representativos e aos sindicatos. É necessário, nesse momento, abrir um pequeno comentário, tais teóricos do Operaísmo são tomados por uma “aparência”, a de que há um operário autônomo, desvinculado de qualquer perspectiva de classe; e é nessa “aparência” que esses pensadores vão centrar-se, nos anos de 1970, na transição do *operário massa* ao *operário social*. Segue:

O conceito de “operário massa” tinha sido, desde o final dos anos de 1950 o resultado de um importante esforço teórico, militante, dos “primeiros” *operaístas* (Raniero Panzieri, Mario Tronti e Antônio Negri). Em face da crise das organizações do movimento operário que a aplicação sistemática dos métodos tayloristas tinham determinado, os operaístas abriram o caminho para a teoria crítica se ancorar, mais uma vez, na análise da composição de classe: de suas características técnicas – enquanto determinação da relação de capital – e de suas condições de recomposição política – enquanto possível constituição fora e contra da relação salarial. Os *operaístas* aplicaram, no calor da batalha político-social, os mesmos princípios metodológicos enunciados pela nova historiografia operária e, em particular, por E. P. Thompson – a classe não é uma forma abstrata, nem uma categoria da relação salarial. Para entendê-la, é preciso opor à tradição do *rising* (da sua necessária e objetiva emergência) o presente constitutivo do *making* (da sua constituição subjetiva). A classe operária não emerge e não luta porque existe. Ao contrário, existe porque luta, se forma nos concretos acontecimentos nos quais ela se nega como força de trabalho e afirma sua autonomia. (COCCO, G. in LAZZARATO e NEGRI, 2001 p. 16-17).

A propósito de tal citação, iremos desenvolver os conceitos de operário massa e operário social, verificar a transição entre ambos, em termos operaístas, bem como analisar a relação de classe, em sua composição, papel histórico e determinação na relação com o capital.

O conceito de operário massa é aplicado ao trabalhador do modelo fordista-taylorista; massificação de atividades que excluem, na maioria das vezes, qualquer possibilidade de intervenção subjetiva nas atividades do trabalho; massificação associada à homogeneização⁸ das atividades laborais, ou seja, trabalho enquanto atividade repetitiva, seriada e desprovida, em larga escala, de qualificações técnicas ou de dons pessoais. As atividades do tipo fordista são divididas e segmentadas com fins previamente definidos, cada trabalhador ou grupo de trabalhadores fica responsável por uma etapa do processo produtivo, o produto final é fruto de um processo fragmentado e especializado da produção, a margem para a emergência de qualquer participação cognitiva do trabalhador é quase nula, pois a massificação das atividades de trabalho aliada à verticalização hierárquica gerencial é predominante.

⁸ Devemos deixar claro que no período fordista também havia heterogeneização do trabalho, ou seja, embora bem mais massificado do que na atualidade, o trabalho também se diversifica em diferentes funções.

Um trabalhador massificado não apenas pelos níveis de mobilização das forças de trabalho aos quais chegavam a produção em série, mas pelo nivelamento de suas qualidades: o taylorismo mobilizava enormes massas de camponeses e os tornava operários desqualificados adequados a uma divisão técnica do trabalho que lhes reserva tarefas cada vez mais simples e repetitivas. O operário taylorista era, portanto, duplamente massificado: pelos contingentes de força de trabalho concentrados nas grandes fábricas e pela tendencial indistinção, do ponto de vista da divisão técnica do trabalho, de suas características pessoais, subjetivas. Ou seja, sua subjetividade era evacuada pela organização capitalista da produção [...] (COCCO, G. in LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 18).

Em síntese, as características do operário massa remetem a ideia de desqualificação das atividades do trabalho, equação dos níveis de participação cognitiva, quase sempre baixos e legados à desvalorização. E mais, o trabalhador massificado era assim considerado pela enorme concentração espacial de suas atividades, na maioria das vezes presos a um único circuito produtivo: a grande fábrica.

Esse conjunto de atributos do operário massa: desqualificação, subordinação a um sistema produtivo calcado na produção em série e fragmentada, massificação das atividades laborais e concentração produtiva no mesmo espaço fabril, constituem sua composição técnica, pelos termos quantitativos relacionados à sua concentração e pela massificação e homogeneização de suas atividades.

A grande questão para os operaístas era justamente conseguir estabelecer um *link* entre a composição técnica do operariado massa e uma possível recomposição política. [...] *reatualizando o método marxiano, eles anteciparam a radicalidade renovada das contradições que o aprofundamento do paradoxo entre ‘eficácia’ do conjunto e ‘competência’ do indivíduo iria determinar* (COCCO, G. in LAZZARATO e NEGRI, 2001 p.18).

A forma técnica do operariado, massificado pelo binômio fordismo-taylorismo, reuniu condições para uma reformulação política através de uma recomposição que não ia ao encontro das concepções ideológicas de cunho eminentemente econômico da tradição clássica marxista; as lutas caminharam por outro viés, alternativo, pois.

A composição técnica ou objetiva do operariado permitiu um ciclo de lutas que reconstituiria seu papel político; um exemplo de tais lutas, numa perspectiva operaísta, estaria presente na revolta dos operários da FIAT na cidade de Turim na Itália, conhecida como a revolta de *Piazza Statuto* no ano de 1962.

A passagem do operário massa para o operário social constituiu-se num importante parâmetro teórico para os operaístas. Tal passagem dava-se à medida que as lutas empreendidas pelos trabalhadores massificados representavam uma “recusa” ao trabalho. O fim ou o esgotamento do Estado keynesiano, e de suas políticas sociais e salariais, como a

adoção do consumo como forma de apaziguar as lutas, expressaram o cansaço e a insatisfação da classe trabalhadora; diante disso, não restaram muitas alternativas ao capital para além de um maciço investimento em tecnologia e automação com o propósito de substituir os trabalhadores que abandonaram seus postos de trabalho em prol de uma maior autonomia. Nessa perspectiva, não foi a reestruturação da produção, com vistas a um aumento dos lucros e a uma minimização dos efeitos das crises econômicas, que cortaram postos de trabalhos e, conseqüentemente, empurraram os trabalhadores na informalidade e na precariedade, mas foram os próprios trabalhadores que, cansados do regime de exploração tipo fordista, abandonaram as fábricas e passaram a cumprir um outro e novo papel no cenário produtivo.

Surge, nesse contexto, o operário social. A ideia de operário social estaria calcada na analogia da *sociedade-fábrica*, o operaísmo abordaria a ideia de organização social vinculada às organizações corporativas das fábricas.

Todo o operarismo estaria marcado por essa tese e é dela que surge a ideia de um operário social. A fábrica engloba a sociedade e se estende completamente por ela (a sociedade); mas, como fábrica, tem uma estrutura de comando que se configura e é encarnada pelo capital. Trata-se, assim, finalmente, da contraposição de um coletivo de operários, isto é, do operário social com o comando socializado. (AMORIM, 2009 p. 96).

A autonomia operária consagrou a gênese do operário social, como figura nova da classe operária, não mais confinado e preso nas grandes fábricas, mas totalmente difuso e imerso sobre o conjunto do território.

A autonomia das chamadas *forças vivas* – classe operária – em relação ao processo de exploração e ao mando político e econômico do capital, dá-se, nesse momento, de forma ampla. A tarefa da classe operária pauta-se não na inversão dialética da relação social do capital, como o marxismo clássico propunha, mas numa revolução subjetiva, independente de classes. Para os operaístas, em especial Negri, as lutas operárias não devem ser orientadas por instituições que visam objetivar os interesses comuns de uma classe, que estancam as subjetividades em prol de sistemas binários que não contemplam as diversidades. Negri afirma a possibilidade de *um método materialista completamente subjetivado, totalmente aberto ao futuro e criativo, que não pode ser confinado à totalidade dialética ou unidade lógica* (NEGRI, 1991 p. 31). Concede-se à subjetividade revolucionária o *status* de autonomia para com as condições objetivas e econômicas do processo de capital.

A autonomia operária operou, no campo objetivo, a subjetividade das lutas de classe, em termos operaístas, ao opor-se às formas representativas do tipo político-sindicalistas, como

única via pela qual a resistência podia ancorar-se; contrariou a representação orgânica (Gramsci) como eficaz na luta contra a exploração do capital e, paralelamente, alavancou a dinâmica subjetiva, imersa na classe operária, como um elemento essencial para compreender as transformações sociais. Ou seja, não se trata, objetivamente, de por a classe operária como portadora de uma missão histórica que visa inverter as relações de capital, mas compreender os movimentos e as mutações, nem sempre visíveis, que as classes apresentam, ou seja, sua subjetividade.

Surgia assim uma nova corrente marxista fundada na relação estabelecida entre a autonomia da classe com relação ao poder do capital e a organização que a própria classe podia construir, mostrando como os operários forjavam e descartavam formas de organização de acordo com o caráter concreto que assumia a relação de classe. Sindicatos, partidos social-democratas, conselhos operários, partidos lenistas, constituem nesse sentido, para a corrente operaísta, produtos históricos particulares de organização de classe. Dessa maneira, deslocava-se o foco de estudo do auto-desenvolvimento do capital ao auto-desenvolvimento da classe trabalhadora, pondo a nu neste ato o idealismo daqueles marxistas que concebiam um caráter permanente e eterno das relações estabelecidas entre a forma do capital e as formas de organização da classe operária. Dessa maneira, foi sendo elaborado um corpo teórico que buscava dar conta de um paulatino deslocamento - em ato - dos operários italianos com relação a suas organizações **oficiais**, assim como o deslocamento de seus pontos de referência orientados a novas modalidades de organização (ALTAMIRA, 2010 p.27).

A grande “novidade” do operaísmo, em relação à tradicional visão marxista sobre as lutas de classe, consistia exatamente nas alterações da composição de classe, ou seja, pensar nos sujeitos, enquanto sujeitos históricos, portadores de singularidades que nem sempre iam ao encontro das formas tradicionais de organização, como os sindicatos ou entidades representantes no âmbito político, e sim sujeitos capazes de reorganizarem-se, subjetiva e independentemente, de qualquer finalismo político-histórico pré-concebido no campo da teoria. Tratava-se de outro caminho, alternativo.

Fica claro que, na visão dos operaístas, em especial Negri, a ênfase recai sobre o indivíduo, como sujeito revolucionário, e não sobre as classes; ou seja, o sujeito revolucionário não se identifica em um conjunto homogêneo e estratificado do todo social, mas nos sujeitos que se comportam de maneira individual, alheios aos interesses de classe.

No campo da militância, não se trata, portanto, de subordinar as dinâmicas da classe operária às diretrizes e ao próprio movimento do capital, mas estabelecer a estreita ligação entre ambos a partir do trabalho, ou seja, parte-se primeiramente dos movimentos operários para depois pensar nas mutações do capital e em suas políticas, sendo a dinâmica do capital consequência da dinâmica do mundo subjetivo do trabalho. *O operariado, suas dimensões*

técnicas e políticas, era afirmado como cerne de análise. A análise era operária ou não. Eis o operaismo (NEGRI e LAZZARATO, 2001 p.18).

Todo esse discurso, ancorado na ideia de uma recomposição de classe, aliado às concepções que proclamam o “fim do trabalho” ou uma descentralização do trabalho, tal como a transição do operário massa ao operário social, se desenvolve, no início dos anos de 1990, na noção de trabalho imaterial.

Nesse primeiro capítulo, procuramos sintetizar as principais características que estruturam a teoria do trabalho imaterial, que assim podem ser resumidas: o fim, em termos, do trabalho na perspectiva do operário heterônomo industrial clássico, substituído, qualitativamente, pelo trabalhador autônomo da produção imaterial e, como consequência da impossibilidade de uma mensuração quantitativa do trabalho realizado, temos o esgotamento da valorização do capital medido pelo tempo de trabalho. A produção em rede operada por trabalhadores que produzem pela cooperação, alude uma visão de trabalho que passa da concentração na grande indústria com tempo e remuneração definidos previamente para a produção sem locus determinado e com tempo de trabalho indeterminado, ou seja, não há um espaço físico central onde a produção é realizada e nem mesmo um período determinado e imposto aos trabalhadores, pois o tempo de trabalho é a própria vida, ou seja: o local é o mundo e o tempo é o tempo da vida.

Esse conjunto de atributos do trabalho imaterial descentraliza o trabalho na perspectiva política e emancipatória, pois a desarticulação da classe operária é vista como a desarticulação de seu poder político e revolucionário. Temos a visão do trabalhador como figura isolada e, por isso, sem identidade de classe que o tornaria um potente agente de transformação social, ou seja, aquele sujeito social produtivo que era concebido como cerne da análise da transformação social, fragmenta-se de tal forma que impossibilita qualquer identidade de classe baseada na exploração. O desenvolvimento das forças produtivas, contraditoriamente, transformou aquele sujeito produtivo massificado num sujeito produtivo social de difícil apreensão analítica e disperso na multidão na forma de intelectualidade de massa.

A visão do trabalho fragmentado em múltiplas formas acaba por identificar mais o indivíduo (subjetividade) do que a classe (massa), despolitizando, assim, o potencial do conjunto da classe trabalhadora, e essa é deslocada do cerne da análise emancipatória. Por esse ângulo teórico o desenvolvimento das forças produtivas torna-se o elemento crucial de transformação social.

De acordo com Amorim (2009) é justamente na fusão entre essas duas visões teóricas: sujeito produtivo social (indivíduo) e força social revolucionária (desenvolvimento das forças produtivas – revolução tecnologia informacional) que podemos imbricar a teoria do trabalho imaterial com as teses da centralidade/não centralidade do trabalho.

A esperteza de Amorim em identificar essa fusão de primados teóricos como um elemento em comum da teoria do trabalho imaterial com as teorias que descentralizam o trabalho, contribuiu para essa dissertação de forma relevante e, por essa razão, achamos pertinente a inserção do discurso da centralidade do trabalho no próximo capítulo desses escritos. Assim, segue o proposto.

2ª CAPÍTULO

O DISCURSO SOBRE A CENTRALIDADE/NÃO CENTRALIDADE DO TRABALHO E TRABALHO IMATERIAL

Para um discurso sobre a centralidade do trabalho, com fins a compreender as similitudes com a teoria trabalho imaterial enquanto força central de produção, em especial no que Henrique Amorim compreende por fusão teórica entre o ideal do trabalhador isolado (subjetividade) e a visão das forças produtivas (elemento social revolucionário) como agente determinante de mudança, segue esse capítulo.

Nesse aspecto, alinharemos nossa análise dessa imbricação teórica entre os discursos apontados com o debate realizado por Henrique Amorim (2009), que orienta sua análise por dois aspectos analíticos fundamentais: a visão teoria que privilegia, analiticamente, o trabalhador isolado como figura autônoma e o primado das forças produtivas visto como a grande força transformadora e revolucionária, desconsiderando, assim, outras determinações sociais na análise. Segundo Amorim, ambos os debates partem da fusão entre esses dois primados teóricos.

Essa fusão acaba por caracterizar a autonomia do desenvolvimento econômico com relação às lutas políticas levadas a cabo pelas forças sociais em presença. Na prática, as possibilidades de transformação estrutural da sociedade capitalista seria fruto desse desenvolvimento econômico. A luta de classes é vista, assim, sob o espectro de determinações exclusivamente econômicas e devem, por conseguinte, adaptar-se a essa racionalidade específica (Amorim, 2009, p. 73)

Ambos os debates, a nosso ver, seguem uma metodologia de análise semelhante para tratar das transformações sociais que remete à ideia de um *mecanicismo teórico*, ou seja, concebem o novo através de determinações comuns e não contraditórias, é mecanicista, pois, não leva em conta a contradição e as múltiplas determinações na formação de um novo fenômeno, enxergam a transformação por uma sequência lógica de movimentos que se dão de forma linear, determinando a construção do novo. *A luta de classes é vista, assim, sob o espectro de determinações exclusivamente econômicas e devem, por conseguinte, adaptar-se a essa racionalidade específica.* (idem. p 73)

É importante discutir sobre os teóricos da centralidade / não centralidade do trabalho em diferentes abordagens: centralidade ontológica, política, emancipatória e formativa do trabalho, para que possamos compreender o discurso de forma mais ampla e diversificada, para além das similaridades apontadas com o trabalho imaterial.

Quando nos referimos à centralidade do trabalho, podemos concebê-la através de três dimensões fundamentais: primeiro: a centralidade do trabalho na perspectiva ontológica, ou seja, o trabalho como categoria fundante do mundo dos homens; segundo: a centralidade do trabalho enquanto dinâmica de construção de identidades, como atividade ordenadora e fundadora de identidades coletivas e terceiro: a centralidade do trabalho em seu caráter abstrato na sociedade capitalista. A primeira dimensão ou perspectiva da centralidade do trabalho (ontológica) a debateremos através do discurso de Lukács e Habermas, as outras duas dimensões (centralidade do trabalho abstrato e centralidade do trabalho que constitui identidades) dialogaremos com André Gorz.

Com isso, comecemos pela análise da centralidade ontológica do trabalho, iniciando por Lukács e Habermas; após, debateremos sobre a centralidade do trabalho nas outras duas perspectivas propostas.

Lukács e a centralidade do trabalho

O debate sobre a centralidade ontológica do trabalho não pode prosseguir sem citarmos György Lukács, pensador húngaro que analisou o trabalho a partir da perspectiva marxiana de tal categoria, como categoria fundante do mundo dos homens.

Para Lukács, a categoria primária que inaugura o ser social é o trabalho, pois é ele – trabalho – que permite ao homem responder às necessidades básicas de existência; para o autor, o trabalho é compreendido como categoria ontológica que funda o ser social; todas as demais categorias do ser social, como a sociabilidade, a divisão do trabalho, a linguagem, a família, a economia etc., contêm em sua natureza o caráter de se efetivar a partir do ser social já constituído. Dessa forma, do ponto de vista ontológico, segundo o pensador, somente o trabalho possui a característica de ser a categoria intermediária entre o ser biológico e o ser social. Vejamos:

Somente o trabalho tem em sua natureza ontológica um caráter intermediário. Ele é essencialmente uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílios, matéria-prima, objetos de trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação [...] que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico ao ser social (Lukács, 1981, p. 14)

A sincronia e o ponto de partida do pensamento de Lukács, acerca do trabalho enquanto protoforma do ser social, com Marx, é a seguinte questão: os homens (sociedade) somente podem sobreviver se efetivarem uma contínua e ininterrupta transformação da

natureza em bens (valor de uso) necessários à sua existência; sendo assim, o ser social é constituinte e constitutivo do trabalho, esse enquanto intercâmbio orgânico com a natureza. Constituinte, pois, são os homens (ser social), através de atos teleologicamente postos, ou seja, o resultado final do trabalho é previamente construído na subjetividade sob a forma de uma finalidade posta que orientará todas as ações que estão por vir no processo de trabalho, quem criam e desenvolvem o trabalho. Constitutivo, pois, dialeticamente, ao transformar a natureza, o homem também se transforma, pois descobre novas habilidades e novas formas de lidar com a natureza, desvenda os nexos causais e as determinações até então desconhecidas por si mesmo e, com isso, objetiva o trabalho.

Com base em Marx, Lukács argumenta que três são os momentos decisivos da categoria trabalho: a objetivação, a exteriorização e a alienação. A objetivação refere-se à realização da prévia ideação, ou seja, o ato da transformação da natureza de acordo com os fins previamente concebidos na mente humana, na consciência, o que era apenas uma ideia se transforma em um objeto. É na objetivação que se dá a articulação entre teleologia, o preconcebido, e o novo ente, fruto do trabalho humano.

Simultaneamente ao processo de objetivação, num duplo caráter, ao transformar uma ideia num objeto, objetivar um *constructo cognitivo*, o indivíduo exterioriza-se numa nova realidade. A exteriorização (*Entäusserung*) é o momento da objetivação em que o indivíduo se destaca do objeto por ele produzido e se afirma como sujeito.

A ação de retorno de todo ente objetivado sobre o seu criador (e por essa mediação, repetimos, sobre a totalidade social) Lukács denominou exteriorização (*Entäusserung*). Ao contrário do estranhamento ou alienação (*Entfremdung*), que são os obstáculos socialmente postos à plena explicitação da generalidade humana, a exteriorização corresponde, para Lukács, aos momentos nos quais a ação de retorno da objetivação (e, claro, do objetivado) sobre o sujeito impulsiona a individuação (e, por meio dela, também a sociabilidade) a patamares crescentes genéricos. (LESSA, 2002, p. 137).

Em Lukács, temos a exteriorização (*Entäusserung*), como uma categoria ineliminável do homem, uma exteriorização que o auto-produz e se desdobra em sua sociabilidade; diferentemente de estranhamento (*Entfremdung*), referente a uma concepção história da apropriação dos meios de produção e do próprio trabalho; como obstáculo para a plena realização do espírito humano.⁹

⁹ As concepções de objetivação, exteriorização e estranhamento são uma das características mais marcantes do pensamento de Lukács acerca do trabalho. Tais ideias, por vezes, possuem um relevo teórico diferente das concepções marxianas, porém, não cabe nesse trabalho levantar tais questões. O que nos interessa, nesse

É importante demonstrar de qual centralidade Luckás se refere quando ele teoriza a centralidade da categoria trabalho, tal fato é imprescindível para não ficarmos com ideias vagas e pouco compreensíveis. Em relação a esse debate, vejamos o que Lessa (2002) diz:

[...] Pois da centralidade ontológica do trabalho tal postulada por Marx e Lukács não podemos passar direta e imediatamente à resolução da questão acerca da centralidade política dos trabalhadores ou, ainda, acerca da centralidade cotidiana do trabalho. Isso se evidencia, por exemplo, nas análises que tanto Lukács como Marx fizeram das sociedades anteriores ao capitalismo. Nesses estudos o trabalho continua a ser a categoria fundante, mas de modo algum disso decorre a centralidade política dos trabalhadores. E isso por uma razão bem simples: entre o trabalho enquanto categoria fundante e a esfera da política e da luta de classes se interpõe a totalidade social, o conjunto das relações sociais. Se, no interior do desenvolvimento histórico, cabe aos processos econômicos a determinação em última análise o sentido da evolução da reprodução social, não menos verdadeiro é que cabe à totalidade social, à sociabilidade, o papel de mediação concreta entre o desenvolvimento econômico e o desdobramento categorial de todos os outros complexos sociais parciais [...] É a presença dessa malha de mediações entre o trabalho e a política que inviabiliza a dedução direta da centralidade política dos trabalhadores a partir da centralidade ontológica do trabalho (p. 35)

Nesse sentido, dialogar sobre a centralidade política da classe trabalhadora requer uma análise bem profunda que vai além da afirmação da centralidade ontológica do trabalho, ou seja, não podemos deduzir uma centralidade da outra; em outros termos, afirmar a centralidade ontológica do trabalho não significa afirmar a centralidade política dos trabalhadores.

Em síntese, Lukács, através de sua metodologia, demonstra as articulações e as distinções entre o ser social e a natureza; evidencia a singularidade do homem (sociedade), pois, para ele – Lukács – o mundo dos homens se diferencia da natureza porque se funda em atos teleologicamente postos, enquanto a natureza é portadora de uma causalidade dada. No entanto, o ser social somente pode se constituir, enquanto ontologicamente distinto da natureza, desenvolvendo nexos complexos de articulação com o mundo natural. Para Lukács, a categoria que faz a mediação entre o ser social e a natureza é o trabalho, transformando causalidade dada em causalidade posta. Dessa forma, é o trabalho que permite o salto ontológico que possibilita a existência do homem (ser social). (LUKÁCS, 2012).

Porém, não podemos afirmar que, para Lukács, a vida se resume a trabalho; as demais categorias sociais, que se originam no e pelo trabalho, o que o autor denomina de *posições teleológicas secundárias*, como a linguagem, a sociabilidade etc., devem ser consideradas hierarquicamente inferiores ao trabalho, mas sem a satisfação das necessidades

momento, é demonstrar a construção teórica do trabalho enquanto categoria ontológica no pensamento de Lukács.

primordiais realizada pelo trabalho, nenhuma outra categoria poderia vir a se constituir. Sendo assim, Lukács argumenta:

Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação à outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. É algo semelhante à tese central de todo o materialismo, segundo o qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode existir o ser sem a consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algo que é. Mas disso não deriva nenhuma hierarquia de valor entre ser e consciência. Ao contrário, toda investigação ontológica concreta sobre a relação entre ambos mostra que a consciência só se torna possível num grau relativamente elevado do desenvolvimento da matéria (Lukács, 1976, vol. 1 p. 288 apud Martins, 2001, p. 57).

Essa abordagem teórica que auferia primazia ao trabalho, enquanto modelo principal para as demais categorias sociais, é diferente da visão de Habermas, cuja categoria social constitutiva não é o trabalho, mas a linguagem enquanto categoria emancipatória. Segue nesses escritos a abordagem de Habermas.

Habermas e a não centralidade (formativa, ontológica e política) do trabalho

Habermas opera, no campo da antropogênese, uma ruptura paradigmática com o pensamento de Marx e Lukács sobre a tese do trabalho enquanto categoria fundante do mundo dos homens.

Segundo Habermas, o trabalho e a distribuição dos saberes e produtos oriundos deste, não servem para caracterizar uma forma de vida estrita e plenamente humana, pois a vida humana (ser social) se diferencia das demais pela interação entre linguagem e trabalho, cabendo à linguagem o momento predominante (HABERMAS, 1990).

Em sua obra mais relevante, no que concerne à antropogênese: *Para a reconstrução do materialismo histórico*, Habermas opera uma descentralização da categoria trabalho como imperativo da humanidade; pois, para o pensador em questão, o trabalho, entendido por *agir estratégico*, é antecessor ao gênero humano. Segundo Habermas, formas de vida pré-humanas já desempenhavam tarefas relacionadas ao trabalho, já agiam de acordo com atividades concernentes à realização de necessidades materiais; ainda que, sempre segundo Habermas, a sociabilidade e o ser social ainda não haviam se constituído.

Podemos falar de reprodução da vida humana, a que se chegou o homo sapiens, somente quando a economia de caça é completada por uma estrutura social familiar. Esse processo durou milhões de anos; ele equivale a uma substituição, de nenhum modo insignificante, do sistema animal de status (...) por um sistema de normas sociais que pressupõe a linguagem. (HABERMAS, 1990, p. 116).

O *agir estratégico* para Habermas, não é suficiente para caracterizar uma forma de vida especificamente humana; é necessário o surgimento de uma prática orientada por interesses de reciprocidade entre os sujeitos: o *agir comunicativo*¹⁰.

Habermas opera, num primeiro momento, uma articulação entre trabalho e linguagem, com o propósito de demonstrar que nessa articulação reside a exclusividade social, para em seguida distinguir entre interação e trabalho ou, conforme sua denominação conceitual, entre agir comunicativo e agir instrumental ou estratégico, transferindo para a primeira o estatuto de maior relevância para a compreensão das relações sociais e o surgimento do próprio ser social. Diz Habermas:

Eu abordei o agir comunicativo e o estratégico como duas variantes da interação mediada pela linguagem. No entanto, somente ao agir comunicativo é aplicável princípio segundo o qual as limitações estruturais de uma linguagem compartilhada intersubjetivamente levam os autores - no sentido de uma necessidade transcendental tênue - a abandonar o egocentrismo de uma orientação pautada pelo fim racional de seu próprio sucesso e se submeter aos critérios públicos da racionalidade do entendimento. (HABERMAS, 1990, p. 82-83).

Fica claro que, para Habermas, o trabalho é descentralizado como exclusividade do ser social. A linguagem é a categoria que possibilita ao homem a verdadeira interação social na busca do consenso e do entendimento, permitindo, assim, o surgimento da sociabilidade. No campo da ontologia do ser social, a linguagem possui status privilegiado.

Em relação à centralidade do trabalho, em Habermas, no caráter antropogênico, verificamos que seu discurso é anverso ao pensamento de Lukács, esse último, como já vimos, centraliza o trabalho como categoria fundante do mundo dos homens, momento primário da teleologia¹¹; enquanto Habermas opera a gênese do ser social a partir da

¹⁰Habermas opera uma distinção conceitual entre *Agir estratégico* e *Agir comunicativo*, enquanto o primeiro é orientado por interesses pessoais imediatos, ou seja, fora do âmbito coletivo, e, ao mesmo tempo, orientado por regras técnicas do saber empírico, o “Agir comunicativo” é orientado pela intersubjetividade consensual, ou seja, esse tipo de agir assenta-se nos atos de entendimento e acordo comunicacional público no universo do “mundo da vida”. Por isso, é no “Agir comunicativo”, e não no trabalho, que o homem ganha espaço enquanto ser social.

¹¹Lukács opera uma diferenciação conceitual entre posições teleológicas primárias e secundárias. O trabalho é a categoria gênese do ser social, pois é ele que, de maneira primária, articula teleologia e causalidade; é a partir do trabalho, já constituído enquanto modelo, que outras categorias do ser social surgem, daí serem denominadas posições teleológicas secundárias. Mas isso não quer dizer que, para Lukács, a vida se resume a trabalho e que as categorias que se originam no e a partir do trabalho, as posições teleológicas secundárias, sejam consideradas em segundo plano numa hierarquia de valor. “Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação à outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. É algo semelhante à tese central de todo materialismo, segundo o qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode existir o ser sem a consciência, enquanto toda a consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algo que é. Mas disso não deriva nenhuma hierarquia de valor entre ser e consciência. Ao contrário, toda investigação ontológica concreta sobre a relação de ambos mostra que a consciência só se torna possível num grau relativamente elevado do desenvolvimento da matéria” (LUKÁCS, 1976 *apud* MARTINS, 2001, p. 57).

constituição plena da fala e do trabalho; e é nessa articulação que, posteriormente, Habermas desenvolve seus conceitos sobre *sistema e mundo da vida*.

A explicitação habermasiana da inviabilidade de uma emancipação do capitalismo, por meio da centralidade política do trabalho, dá-se, principalmente, em sua obra *Técnica e ciência enquanto ideologia* (1968). De início, Habermas defende a tese de Marcuse que estende o domínio da técnica e da ciência para o âmbito político. Marcuse entende que a racionalização excessiva do capitalismo tardio legitima a dominação, tanto da natureza quanto dos próprios homens. Assim, a racionalidade é tida como um instrumento legítimo de domínio, uma ideologia para a manutenção da ordem do capital. Para conseguirmos uma ruptura radical com tal ordem, seria necessária uma mudança da própria natureza da ciência e da técnica, segundo Marcuse. Porém, para Habermas, o caminho deveria ser de outra natureza; não por meio de uma mudança qualitativa da ciência e da técnica, mas por uma re-politização de uma esfera social denominada por Habermas de *mundo da vida*.

Habermas opera uma visão dual da sociedade, opondo *sistema*– mundo da heteronomia, e *mundo da vida*– lugar privilegiado da autonomia. Essa dualidade deu-se, segundo Habermas, na transição das sociedades tradicionais para as sociedades modernas. O *mundo da vida* é o mundo simbólico, onde se dá as redes de trocas culturais mediadas pela linguagem e com vistas ao entendimento mútuo; já o *mundo sistêmico* é formado pela articulação dos sistemas econômico e político. O sistema econômico é mediatizado pelo dinheiro e com vistas ao lucro, e o político pela dominação.

Segundo Habermas, o *mundo da vida* foi colonizado pelo *sistema*, distorcendo a livre comunicação simbólica dos sujeitos. Portanto, o horizonte de uma emancipação humana estaria ancorado numa descolonização do *mundo da vida*.

Para Habermas, portanto, a descolonização do mundo da vida permitiria que uma sociabilidade e uma cooperação se legitimassem pela mediatização da linguagem. O agir comunicativo permite, para o autor, o rompimento com o agir instrumental – o trabalho –, ou seja, ao empreender a separação entre sistema e mundo da vida, a argumentação habermasiana visa sustentar que, ao nível de subsistemas de ação racional dirigida a fins, a emancipação não tem possibilidade de ser alcançada, haja vista que a interação ocorrida sob os ditames do capitalismo tardio tende a suprimir a esfera pública e a conduzir a uma comunicação distorcida. Assim, o agir comunicativo, tendo como suportes simbólicos mediatizados linguisticamente e reconhecidos como normas válidas, permite a elaboração de redes comunicacionais autônomas (ORGANISTA, 2006, p. 123).

Em Habermas, portanto, é no mundo da vida, que há a possibilidade de uma verdadeira emancipação, e não no trabalho. Em relação a esse tema, Sergio Lessa (1982) argumenta que:

Enquanto, para Lukács, a questão decisiva é explorar a possibilidade ontológica da revolução, Habermas argumenta uma tese exatamente oposta. Trata-se, para ele, de demonstrar que a humanidade apenas avança quando é capaz de construir um “mundo da vida” de tal forma denso que possibilite um elevado nível de consenso entre os homens. E seria o consenso, e não a luta de classes, o verdadeiro motor da história.

Sobre esse discurso, acerca da centralidade ou não do trabalho, seja ontológica ou política, queremos deixar claro que não podemos derivar uma centralidade da outra, ou seja, da centralidade ontológica não podemos deduzir que há uma centralidade política dos trabalhadores, nem mesmo uma centralidade cotidiana do trabalho na vida das pessoas. A passagem direta do discurso filosófico-ontológico ao discurso político-revolucionário é equivocada e, por vezes, causa confusões entre aqueles que se propõem a tratar do tema.

O que nos interessa nesse momento, é demonstrar as diferentes abordagens acerca de uma centralidade ou não do trabalho; por essa razão, entre outras, procuramos abordar tal tema com base nas perspectivas filosóficas para, posteriormente, demonstrar o discurso no âmbito político e, para isso, agora, analisaremos o discurso da centralidade do trabalho sob a perspectiva de Andre Gorz, acompanhemos suas idéias no debate.

A não centralidade do trabalho em Gorz

O discurso sobre a centralidade do trabalho não pode passar batido sem citarmos o pensador francês André Gorz. Para o autor, diante de um contingente de desempregados em escala crescente, e da indicação de uma racionalidade econômica insuperável, o trabalho teria deixado de ser o eixo central da sociabilidade humana. Diante da indicação de uma racionalidade econômica de grandes proporções, o projeto revolucionário, com vistas a um controle do processo produtivo pela classe trabalhadora, mostrar-se-ia inatingível e superado.

Em sua obra mais, digamos destacada: *Adeus ao proletariado*, o autor nos mostra que as transformações ocorridas no universo do trabalho a partir de 1970, em especial nos países centrais, conduziram o fim da hegemonia do trabalho nas sociedades industriais; junta-se a isso, a observação de uma racionalidade capitalista intransponível que encerraria qualquer possibilidade de uma revolução por parte da classe trabalhadora tendo como objetivo a

apropriação coletiva dos meios de produção. O modo de produção capitalista aboliria o trabalho nas fábricas e, dessa forma, o antagonismo econômico determinante das classes sociais, restando aos trabalhadores a busca de sentido em uma vida não mais regida pelo trabalho.

A abolição do trabalho é um processo em curso e que parece acelerar-se [...]. Keynes está morto: no contexto da crise e da revolução tecnológica atuais, é rigorosamente impossível restabelecer o pleno emprego por um crescimento econômico quantitativo. A alternativa está entre duas formas de gerir a abolição do trabalho: a que leva a uma sociedade do desemprego, e a que leva a uma sociedade do tempo liberado [...]. A sociedade do tempo liberado se esboça apenas nos interstícios e como contraponto da sociedade presente: baseia-se no princípio do “trabalhar menos para todos trabalharem e ter mais atividades por conta própria”. Dito de outra maneira, o trabalho socialmente útil, distribuído entre todos os que desejam trabalhar, deixa de ser a ocupação exclusiva ou principal de cada um: a ocupação principal pode ser uma atividade ou um conjunto de atividades autodeterminadas, levadas a efeito não por dinheiro, mas em razão do interesse, do prazer ou da vantagem que nela se possa encontrar (GORZ, 1987 p. 11-12).

Como podemos observar, para Gorz, então, o crescente uso da ciência e da técnica no processo produtivo e o incremento em escala crescente de máquinas automáticas provenientes do que o autor sugere “revolução tecnológica”, teriam transformado o chão das fábricas em espaços não mais dominados pelo trabalho vivo, manual; como consequência, houve a queda considerável do número de trabalhadores necessários à produção de bens. Gorz atenta para a diferença dessas tecnologias em relação àquelas que proporcionaram o surgimento da revolução industrial. A revolução informacional é ao mesmo tempo poupadora de trabalho - tempo de produção - e agente maximizador da produtividade.

Com o fim da sociedade do pleno emprego, Gorz propõe, ao invés de lamentar as chances e oportunidades perdidas, aproveitar-se das chances não realizadas. Para os que hoje dependem do trabalho para sobreviver ele vislumbra outro mundo onde o trabalho deixa de ser a categoria central da humanidade.

Dessa forma, Gorz aponta na direção de uma sociedade pautada no tempo livre, liberta das amarras do trabalho, da alienação do período fordista; uma sociedade que abra caminho para o surgimento de atividades *auto organizadas*. Ainda de acordo com Gorz, a perda da centralidade do trabalho torna-se imperativo para que os indivíduos superem o próprio trabalho e construam um novo tipo de sociedade, fundada no princípio do tempo livre e da afirmação de uma nova sociabilidade.

Segundo Gorz, a crise do capitalismo mundial nos anos de 1970, teve por consequência a expulsão de um enorme contingente de trabalhadores do mercado formal, transformando a velha classe operária em uma não-classe-de-não-trabalhadores; essa, ao

contrário do proletariado tradicional, tem o emprego como atividade provisória, acidental e contingente (Gorz, 1982).

Dessa forma, essa nova “classe” que vive as incertezas e vulnerabilidades do presente não possui quase nenhuma concepção de sociedade futura; por tal razão, segundo Gorz, essa não-classe-de-não-trabalhadores, não pode ser definida, como outrora o fizera Marx, a partir de sua inserção no processo social de produção, posto que o trabalho para Gorz não é mais a atividade principal, haja vista que a revolução microeletrônica inaugurou uma nova ordem, cujas conseqüências mais visíveis são a diminuição da quantidade de trabalho social disponível e o aumento do desemprego de natureza tecnológica (Gorz, 1982).

É importante destacarmos que essa suposta “não-classe-de-não-trabalhadores”, caracterizada como trabalhadores em tempo parcial, temporário etc., bem ao contrário do que afirma Gorz (1982), não está desvinculada do processo produtivo, como bem aponta Camargo (2006):

Não podemos esquecer os diversos expedientes surgidos com a marca e a grife da flexibilização que proporcionaram ao capital diminuir o núcleo central dos empregados diretamente vinculados à produção, sem, no entanto, descartar a absorção diferenciada no processo produtivo de “velhas” novas formas de trabalho. [...] Por tudo isso, o trabalho, segundo Gorz, perde a sua força de integração social e passa, doravante, a se constituir como um importante fator de desintegração social, enfim, como um problema social. [...] Tudo isso, leva Gorz a vaticinar o fim da utopia do trabalho, posto que para ele “a economia não tem mais necessidade do trabalho de todos. Dessa forma, o trabalho não pode servir de fundamento à integração social (p. 36-37).

Dessa forma, diferentemente do que Gorz argumenta, o capitalismo não está abolindo o trabalho, ele – capitalismo – está utilizando da força de trabalho de forma diferenciada. Vejamos outro importante destaque de Camargo (2006):

Se antes prevalecia a forma de assalariamento direto, hoje é possível observar que, por meio do processo de externalização e terceirização, se incentiva o trabalho por conta própria e o empreendedorismo. [...] Se se gera menos emprego direto, por meio de atividades terceirizadas, cooperativadas, do **contrapropriismo (trabalho por conta própria)**, espera-se que o trabalho continue como condição moral e forma de coesão social, sob pena de a sociedade se colocar no limite da desarmonia. Ademais, o capital não pode prescindir do trabalho – mesmo que seja ele, utilizando a perspectiva gorziana de uma revolução microeletrônica, na forma de trabalho objetivado, isto é, máquinas e equipamentos – para a sua reprodução; já o contrário não é verdade. Ou seja, o trabalho concreto, produtor de valor de uso, é uma atividade ineliminável em qualquer forma de organização social, portanto, a sua existência independe da forma histórica concreta, por outro lado, a existência e a ampliação do capital não pode ocorrer sem trabalho (p. 38) (destaque nosso).

O importante a destacar é que quando Gorz descentraliza o trabalho assalariado da sociedade capitalista, o autor desconsidera que o capitalismo tende a maximizar a extração de

sobretabalho através de formas alternativas de trabalho, que não necessariamente são emprego assalariado; ou seja, tanto um emprego com carteira assinada quanto um prestador de serviço autônomo, ambos estão inseridos numa mesma lógica produtiva e em um mesmo modo de produção. E mais, seja para o empregado assalariado ou o prestador de serviço, o trabalho na vida de ambos continua sendo um elemento central em suas vidas, indiferente da natureza contratual em que eles se encontram, e ambos também realizam trabalho abstrato.

Dessa forma, não há o que se falar sobre perda da centralidade do trabalho enquanto categoria formadora de uma identidade coletiva, ou na ausência da centralidade do trabalho abstrato na atualidade; por mais diferentes que sejam as formas de *ser do trabalho* na contemporaneidade, o trabalho abstrato e sua importância no cotidiano dos trabalhadores, permanecem como elementos chaves ou centrais de sociabilidade.

Articulação do discurso: Centralidade ou não do trabalho e trabalho imaterial

Como bem demonstra Henrique Amorim (2009), o embate sobre a centralidade do trabalho, em sua perspectiva política, e as teses sobre o trabalho imaterial, seguem uma perspectiva semelhante, vejamos:

Partimos da preposição de que tanto o debate sobre a centralidade/não centralidade do trabalho quanto as teses que sobre o trabalho imaterial como força produtiva central são marcadas por uma fusão teórica entre: 1) um ideal de trabalhador isolado (o artesão, como figura ideal-típica) preso ao seu posto de trabalho; e 2) o primado das forças produtivas como elemento de transformação histórico social. Esta fusão acaba por caracterizar a autonomia do desenvolvimento econômico com relação às lutas políticas levadas a cabo pelas forças sociais em presença. Na prática, as possibilidades de transformação estrutural da sociedade capitalista seriam fruto desse desenvolvimento econômico. A luta de classes é vista, assim, sob o espectro de determinações exclusivamente econômicas e devem, por conseguinte, adaptar-se a essa racionalidade específica (p. 73).

É interessante observarmos, no tocante ao discurso sobre a centralidade do trabalho, o deslocamento do conceito de classe. O fim da hegemonia do trabalho industrial significou, no âmbito da teoria, o fim da classe trabalhadora enquanto extrato homogêneo social. Vejamos como se deu tal discurso.

A robotização e a automação industrial, associadas às mudanças hierárquicas dentro das empresas, reduziram, quantitativamente, o número de trabalhadores no processo produtivo direto; tal fato objetivou-se num aumento acumulativo de funções para os trabalhadores, pois os poucos – trabalhadores – que restaram, foi lhes, sem demais opções, oferecidos postos de trabalho multifuncionais; ou seja, cada trabalhador, diríamos, sobrevivente de tal processo, foi

imbuído de múltiplas atividades de trabalho, além de novas responsabilidades e de um maior e relativo controle do processo produtivo ¹².

Com o exposto, o quadro geral de competências individuais foi expandido e imposto aos trabalhadores; a ideia é: antes, dependíamos do seu trabalho, enquanto força e obediência, para operar as máquinas; agora, precisamos de sua participação humana, cognitiva e voluntária, adaptada a diversas funções de forma simultânea, pois, apenas a força, a disciplina e a obediência, já não nos é suficiente, pois essas funções, aos robôs foram atribuídas.

Nessas circunstâncias que descentralizam trabalho industrial clássico, e com a emergência de um trabalhador de novo tipo: multifuncional, auto gestor do seu trabalho, cognitivamente participante do processo produtivo; travou-se, no campo da teoria, um embate sobre o possível fim das relações sociais oriundas da divisão da sociedade em classes. Estaríamos vivendo numa sociedade de transição onde a estratificação social classista, dividida entre os proprietários dos meios de produção e aqueles cujo capital é somente sua própria força de trabalho, detentora de valor de troca, já não mais possuiria notoriedade e determinação?

Vejamos o desdobramento de tal embate de acordo com Amorim (2010):

Foi nesse embate histórico-político dos anos 1970 que se abriu o debate sobre o fim das classes sociais, sobre as novas formas de representação política dos trabalhadores. Guardando uma continuidade problemática que é apresentada como uma ruptura com o marxismo a qualificação profissional é apresentada como elemento central para determinação e composição da classe trabalhadora. [...] A constituição de um novo tipo de trabalhador mais adequado aos interesses dos grupos dirigentes e também do aumento de trabalhadores desempregados como fruto do movimento, intrínseco ao processo de valorização do capital, de redução do tempo de trabalho necessário é discutida dentro de um horizonte reduzido. As utopias revolucionárias e a emancipação da classe trabalhadora frente ao capital são caracterizadas pelo debate contemporâneo como ultrapassadas face ao caráter incontrolável da racionalidade econômica capitalista. [...]. A tese central que indicaria essa superação do marxismo é a de que o fracionamento das categorias profissionais não teria mais como efeito uma identidade de classe [...] (p. 160).

O discurso que travamos acerca da centralidade do trabalho, sobretudo em seu aspecto político e econômico, ou seja, a centralidade de uma classe trabalhadora homogênea tanto pela sua funcionalidade – valorizar capital alheio, quanto pela sua *missão histórica* –

¹²Essas múltiplas atividades, aqui mencionadas, explicitam o conceito de polivalência; tal termo possui a função de indicar a incorporação de múltiplas funções e tarefas aos trabalhadores, tal como nos indica Amorim (2010, p. 160) “[...] o trabalhador especializado passa, com a automação da produção, a exercer funções que antigos operários realizavam. Tem-se, assim, a possibilidade de intensificação da exploração do trabalho por um lado, e, por outro, a redução do número de trabalhadores presentes numa empresa automatizada. Em conjunto, esses elementos da última reestruturação produtiva fundamentaram um novo quadro de subordinação dos trabalhadores em relação ao capital: crescente intensificação do ritmo de trabalho, diminuição dos postos de trabalho, acúmulo de funções, qualificação técnica individualizada, porém, com desqualificação progressiva para o coletivo dos trabalhadores”.

realizar a revolução proletária - torna-se, grosso modo, anacrônico e desprovido de sentido, haja vista a imensa pluralidade profissional em uma era que os *teóricos imaterialistas* chamam de “era pós-industrial” – período histórico caracterizado pela predominância da lógica dos serviços frente à indústria.¹³

O conceito de classe trabalhadora, no discurso em questão, é tido como difuso, fragmentado, disperso no tecido social, ausente de unicidade e, sobretudo, desprovido de força. Aquela classe, outrora caracterizada por um potencial de força revolucionária, findou-se, ou, em outros termos, se liquefez na *multidão*¹⁴.

Em consonância com o debate teórico sobre a liquefação da classe trabalhadora, e sua consequente descentralização política, temos a ideia do retorno da figura do artesão, detentor do conhecimento das etapas do processo produtivo, patrão de si mesmo e alheio ao conceito de classe trabalhadora. André Gorz, em *Estratégia operária e neocapitalismo* (1968), caracterizou a *reapropriação dos saberes e dos meios de produção como fundamento central para a desalienação processual do trabalhador no processo de produção*. (AMORIM, 2009, p.77).

A ideia do reencontro do trabalhador com o conhecimento dos processos produtivos, em Gorz, a princípio, é visto como a possibilidade real de transformação da relação produtiva. Aqui, a alienação, processo de desarticulação do saber produtivo com o trabalhador, é posta em xeque, frente às novas e múltiplas atividades de trabalho numa nova era produtiva.

A classe operária, pressuposta a partir desse tipo de trabalhador, estaria capacitada a organizar ativamente o processo de trabalho e a exercer uma multiplicidade de tarefas operacionais, e, para além disso, a liderar a ação política reivindicativa do conjunto da classe trabalhadora. Os operários polivalentes poderiam, a partir da aquisição do conhecimento técnico e científico, criar um novo momento

¹³ Ressaltamos que não defendemos a ideia que vivemos na atualidade uma era “pós-industrial”, pois a indústria não se extinguiu, ao contrário, ela se expandiu. Diferente das teses que proclamam o esgotamento do modelo industrial, defendemos a permanência da indústria em novas formas e configurações.

¹⁴ Com o propósito de ampliar o debate sobre a definição do termo *multidão*, já iniciado nesse trabalho, seguem algumas proposições: para os teóricos do trabalho imaterial, em especial Negri e Hardt, a *Multidão* pode ser compreendida pela superação do conceito de classes sociais. Pela divisão clássica marxista, no processo de produção pautado no capital, a sociedade é dualizada, antagonicamente, em classes sociais; com o esgotamento do modelo classista na atualidade, e a descentralização do trabalho industrial, os antagonismos de classes se dispersaram nas multidões. Nas palavras de Negri “A teoria da multidão exige que os sujeitos falem por si mesmos: trata-se muito mais de singularidades não representáveis que de indivíduos proprietários” (Negri, 2004 p.16). No mesmo texto, segue Negri: “O conceito de classe aplicado à multidão deve ser visto de um ângulo diferente do conceito de classe trabalhadora. ‘Classe trabalhadora’ é um conceito limitado, tanto pelo aspecto da produção (já que necessariamente inclui operários de fábrica), quanto pelo lado da cooperação social (uma vez que compreende uma pequena parcela de trabalhadores que operam no conjunto da produção social). [...] Se postularmos a multidão como um conceito de classe, precisamos redefinir a noção de exploração como exploração da cooperação: cooperação não de indivíduos, mas de singularidades, exploração do conjunto de singularidades, das redes que compõe o conjunto e do conjunto que abarca essas redes e assim por diante” (p. 16,17) (Grifos do autor).

revolucionário, sobretudo pelo seu compromisso com o ideário do progresso técnico-científico, motor do desenvolvimento econômico (AMORIM, 2009, p.79).

A ideia central de Gorz (1968) era que a retomada do conhecimento técnico científico, funcionaria como um meio para barrar a exploração do trabalho. Uma suposta harmonia retrograda, entre o saber produtivo e o trabalhador, habilitaria, na margem, um segmento dos trabalhadores para realizar uma transformação social. Em outros termos, com a reaproximação da técnica produtiva com o trabalhador, projetar-se-ia uma nova consciência política que teria por fins um avanço significativo do trabalho na luta de classes.

Portanto, consagra-se um “anacronismo projetivo” ou uma forma de “utopia regressiva” que, vinculada à ideia de um trabalhador pleno, situado no passado e portador de uma consciência política advinda do seu posto de trabalho, pretende, a partir da retomada do “lugar privilegiado” na produção que lhe fora retirado, reapropriar-se dessa consciência, mobilizando-a e acomodando-a ao contexto da automação (AMORIM, 2009 p.80).

Em síntese, a reapropriação do *saber fazer*, a retomada da união da consciência produtiva, do domínio técnico com o *fazer em si*, pautada ou vinculada ao desenvolvimento das forças produtivas – uma visão, um tanto quanto economicista, que não possui vínculo com o pensamento dialético marxiano, a nosso ver, torna-se *Conditio sine qua non* para a superação ou estagnação das relações de produção propícias à formação de classes operárias.

Nesse capítulo, procuramos alinhar as teses da não centralidade do trabalho com a teoria do trabalho imaterial; não tivemos por intenção apontar uma linearidade teórica entre as abordagens mencionadas, apenas procuramos apontar alguns elementos em comum de ambas as teses.

No próximo capítulo, adentraremos nas principais categorias analíticas marxianas para tentarmos constituir uma crítica à teoria do trabalho imaterial, tentaremos mostrar que alguns elementos da obra de Marx são cruciais para debatermos as ideias levantadas pela teoria do imaterial, como: trabalho produtivo e trabalho improdutivo, trabalho abstrato e trabalho concreto e o processo de valorização do capital.

3º CAPÍTULO

O TRABALHO PARA MARX: UMA CRÍTICA MARXISTA DA CONCEPÇÃO DE TRABALHO IMATERIAL

No capítulo precedente, analisamos a imbricação entre as teses que proclamam a descentralização da categoria trabalho e a teoria do trabalho imaterial; pudemos perceber que os *teóricos imaterialistas*, embora não explicitamente, em alguns casos, partem de concepções analíticas que vão ao encontro das teses *trabalho descentralizadoras*, no sentido de anunciar o trabalhador isolado como sujeito dominante do seu trabalho e alheio às conjunturas de classe, ou seja, a consideração de sujeitos trabalhadores dispersos no tecido social sem representatividade de classe, autônomos e inseridos num determinado contexto social que tira de cena o antagonismo entre capital e trabalho.

Com isso, tanto a teoria do trabalho imaterial quanto as teses da não centralidade do trabalho proclamam a incapacidade emancipatória da classe trabalhadora como sujeito revolucionário e reivindicam o progresso tecnológico como fonte de emancipação.

O desenvolvimento das forças produtivas é pensado em conjunto com a figura do trabalhador isolado, multifacetado e fragmentado numa heterogeneidade profissional de difícil apreensão analítica, o que torna o pensamento em torno de classe, enquanto extrato homogêneo, complexo e, por isso, inapreensível.

A complexa heterogeneização das profissões, levada a termo pelas teses que descentralizam o trabalho, exprimiria a impossibilidade de representar o conjunto dos trabalhadores por uma determinada classe. Nesses termos, há um resgate da figura do artesão – trabalhador de ofícios, isolado e indiferente às concepções classistas.

De acordo com Amorim (2009), *reduz-se, assim, as classes sociais às categorias profissionais. Passa-se, dessa forma, da identificação de um extrato de classe como portador da foice e do martelo revolucionários à impossibilidade da constituição de forças sociais anticapitalistas.*

Em suma, o ponto em comum da teoria do trabalho imaterial e as teses da não centralidade do trabalho é a visão economicista das análises, ambas as abordagens partem das mudanças técnicas ocorridas no processo produtivo e se prendem na concepção das *categorias profissionais* como *categorias revolucionárias*. Na análise das teorias que descentralizam o trabalho, temos o *operário técnico científico* como sujeito revolucionário, na análise dos *teóricos imaterialistas*, temos os *operadores da informação*. (AMORIM, 2009)

Na análise da *Operaísmo italiano*, demonstramos o percurso teórico dos imaterialistas na construção de um novo sujeito social na transição do operário-massa ao operário social, e esse novo sujeito produtivo representaria a intelectualidade de massa (*General Intellect*) que Marx apontou no *Borrador*.

Nesse capítulo, trabalharemos com os conceitos de Marx sobre trabalho produtivo e improdutivo, o conceito do valor-trabalho como fonte de valorização do capital e os conceitos de mais-valia, com o intuito de buscar elementos na teoria de Marx para dar conta das questões que apontamos até então.

Para Marx, *o processo de produção capitalista é a unidade de dois processos: o de trabalho e o de valorização* (MARX, 1989 p 48). Para tal, esse conceito chave é crucial para o desenvolvimento de nossa análise sobre a teoria do trabalho imaterial, pois desarticulá-los, como os *teóricos imaterialistas* o fizeram, representaria a própria superação do capitalismo; não sendo, portanto, possível, essa desarticulação dentro do mesmo modo de produção.

O processo de produção no capitalismo não é só processo de produção de mercadorias, mas também processo de produção de mais-valia, absorção de trabalho excedente e, por isso, processo de produção de capital. O primeiro ato de troca formal de dinheiro por trabalho ou de capital por trabalho é apenas potencialmente ato de apropriar-se de trabalho vivo alheio por meio de trabalho materializado. O processo de apropriação efetiva só ocorre no processo de produção efetiva, que tem atrás de si, consumada, aquela primeira transação formal em que capitalista e trabalhador se confrontam, um ao outro, na qualidade de meros donos de mercadorias, de comprador e vendedor.

Como a mais-valia é o produto específico do processo de produção, o seu produto não é apenas mercadoria, é também capital. No interior do processo de produção, o trabalho transforma-se em capital. A atividade da capacidade do trabalho, quer dizer, o trabalho, objetiva-se no processo de produção, converte-se desse modo em valor, mas como o trabalho já antes de começar deixou de pertencer ao próprio operário, aquilo que se objetiva é para ele objetivação de trabalho alheio e, por conseguinte, é valor que se contrapõe de maneira autônoma à capacidade de trabalho, é capital. O produto pertence ao capitalista e em face do operário representa capital tal como os elementos da produção (MARX., 1984 p.84)

Para Marx, o trabalho é um processo de interação entre força de trabalho e meios de produção que, no capitalismo, se dá sob o controle do capital. No capitalismo, o que o capital adquire de força de trabalho, em suas múltiplas funções, é denominado de *capital variável*, exatamente porque essa mercadoria especialíssima: força de trabalho, produz um valor-de-troca superior ao seu valor-de-troca, sendo esta a razão pela qual essa fração do capital

(capital variável) assim é designada, pois, ao término de cada ciclo produtivo, a magnitude investida variou, dado o surgimento de um valor novo, criado pela força de trabalho.

Desse modo, o trabalho nessas condições de assalariamento e produção, é produtivo no sentido de produzir valor excedente para o capital, ou seja, mais-valia.

Nesse sentido, o trabalho para Marx, no contexto da produção capitalista, apresenta algumas especificidades não encontradas em modos anteriores de produção: o processo de trabalho se articula pelo controle direto do capital, e o resultado da produção não é posse de seu produtor direto, mas sim dos proprietários dos mecanismos utilizados para produzir, ou seja, os meios de produção

A própria força de trabalho é vista como mercadoria, pois é comprada pelo capitalista e tida como capital variável (capital que produz mais capital, produz valor novo), e os mecanismos de produção (maquinaria, etc) capital constante, pois não altera o *quantum* de valor da produção, ou seja, as máquinas e os mecanismos de produção são constantes no que tange à valorização do capital, e o trabalho é a parte variável da valorização do capital, pois produz valor excedente.

Esse trabalho que produz mais-valor é produtivo, pois:

Do ponto de vista do processo de trabalho em geral, apresentava-se-nos como produtivo aquele trabalho que se realizava num produto, mais concretamente num mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, juntam-se uma determinação mais precisa: é produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia – sem equivalente para o operário (MARX, 2004 p 109)

No entanto, para os *teóricos imaterialistas: trabalho produtivo não é mais aquele que produz capital, mas aquele que produz a sociedade – desse ponto de vista a separação do trabalho improdutivo está completamente deslocada* (NEGRI, 1996. p. 51).

Para os *teóricos imaterialistas* a teoria de Marx sobre a produção de mais-valia no capitalismo apresenta fraquezas e ambiguidades, se tida como válida na análise do capital na contemporaneidade, pois *hoje o valor não pode ser reduzido a uma medida*.

Pelo exposto, torna-se necessário uma análise mais sucinta da questão do valor, para compreendermos essa dissonância de ideia acerca tempo de trabalho enquanto medida de valor, para tal é importante recorreremos brevemente no discurso sobre o valor na economia política e em Marx.

São inúmeras as interpretações que abarcam diferentes teorias sobre o Valor enquanto categoria analítica, tanto na economia quanto na sociologia. Esse início de trabalho ir-se-á vagar apenas sobre três perspectivas diferentes: antes de Marx, em Marx e dos neoclássicos.

O Valor, enquanto mediação econômica numa sociedade mercantil e de troca, já mesmo antes de Marx, foi objeto de análise dos economistas clássicos, tais como Adam Smith e David Ricardo; nesses autores, temos o trabalho como condição essencial na relação de valor e fonte de riqueza. Em Adam Smith a teoria do valor-trabalho é o reconhecimento de que em todas as sociedades, o processo de produção pode ser reduzido a uma série de esforços humanos para construir sua riqueza, pois, geralmente, os seres humanos não conseguem sobreviver sem o esforço social para transformação do ambiente ao qual vivem. Adam Smith parte do seguinte ponto: o trabalho é o primeiro preço, o dinheiro da compra inicial que é pago por todas as coisas; assim Smith afirma que o pré-requisito para que qualquer mercadoria tenha valor é a condição dela ser fruto do trabalho humano. Para estabelecer o preço-valor de um produto, Smith parte de dois eixos: o custo da produção, que seria a soma dos salários, lucro e aluguéis; e as variações do mercado que oscilariam de acordo com a oferta e a procura.

Para Ricardo, outro clássico da economia, o trabalho é tido como fonte de todo valor e é ele que regula, quase que exclusivamente, o valor das mercadorias. De acordo com tal teoria, o que realmente agrega valor a um determinado produto é o conjunto de trabalho acumulado ao longo do processo produtivo, por essa razão temos a grande disparidade de valor entre, por exemplo, 100 gramas de ouro e 100 gramas de sal; aqui, obviamente, o valor do ouro é superior ao do sal, isso se dá justamente pela superior quantidade de trabalho humano utilizado na extração de ouro em relação à extração do sal; isso, como *quantidade média de trabalho*. Para Ricardo o trabalho, na sua relação com o capital, aparece tanto como força de trabalho humano, quanto como quantidade de trabalho incorporado ao capital, mais especificamente às máquinas e equipamentos usados na produção.

O pensamento econômico neoclássico ou marginalista, bem representado por Oser e Blanchfield combatia a teoria clássica baseada no valor trabalho, pois, ao contrário do que ocorria com tal teoria, para a qual o valor era algo objetivo, medido pelo número de horas incorridas na produção de um determinado bem ou serviço, o valor, para os neoclássicos, tornou-se subjetivo, uma vez que a utilidade proporcionada por um determinado bem ou serviço variava de pessoa para pessoa. A teoria do valor ganhou novas interpretações com os neoclássicos, eles negaram a teoria clássica do valor-trabalho, afirmaram que o valor de um produto é uma grandeza subjetiva: relaciona-se com a utilidade que ela tem para cada um.

Essa utilidade, por sua vez, depende da quantidade do bem que o indivíduo dispõe e não da quantidade disponível no mercado ou do *quantum* de trabalho incorporado aos resultantes da produção.

Em Marx temos uma teoria sobre o Valor bem mais elaborada e articulada, mas que parte do mesmo pressuposto analítico de Smith e Ricardo: o trabalho enquanto fonte de valorização do capital.

Marx assume a ideia de que a mercadoria é a célula econômica da sociedade capitalista, porque ela – mercadoria – é a forma em que se apresenta o produto do trabalho social, o qual se expressa na forma de valor, ou seja, a mercadoria apresenta-se, na sua forma natural, como valor de uso, e na sua forma social, historicamente estabelecida, como valor de troca. Nesse modo, a mercadoria adquire valor não apenas pelas suas propriedades naturais demandadas das necessidades sociais, mas também das relações sociais de produção que se estabelecem. *A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie.* (Marx, 1988, p. 45)

Para Marx, todas as mercadorias têm um valor intrínseco, do qual o valor de troca é simplesmente o seu reflexo. Esse valor representa o custo de produção de uma mercadoria à sociedade. Pelo fato da força de trabalho ser a força motriz da produção, esse custo somente pode ser mensurado pela quantidade de trabalho plasmado na mercadoria, mas não no trabalho manufatureiro, artesanal, ligado às relações sociais anteriores ao modo de produção capitalista, denominado de *trabalho concreto* ou trabalho real, mas o trabalho mediado por relações sociais historicamente estabelecidas que se desdobram em relações contratuais de compra e venda de força de trabalho. Para encontrar essa medida – valor do trabalho plasmado na mercadoria - de acordo com Marx, devemos abstrair o trabalho de sua forma concreta. *Portanto, um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato* (MARX, 1988, p.47). E continua Marx:

Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do quantum nele contido da “substância constituidora do valor”, o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida na determinadas frações de tempo, como hora, dia etc (Marx, 1988, p. 47).

Este é um dos pontos centrais que afasta Marx de Ricardo e Smith, e mais ainda dos neoclássicos; pois Marx não estava interessado especificamente em preços de mercado, seu objetivo era entender a sociedade capitalista como uma forma de sociedade historicamente específica; investigar o que faz o capitalismo diferente das formas anteriores de relações de

produção. Marx não queria saber que medida o trabalho formava o valor de troca das mercadorias, mas em que forma o trabalho realizava essa função e por que, sob o capitalismo, a produção era de mercadorias para o mercado e não de produtos para uso direto, como nas sociedades anteriores.

O valor-trabalho deve, então, ser considerado como um desdobramento das atividades e das relações sociais que engendram a produção capitalista. A discussão sobre a materialidade e a imaterialidade do trabalho pode ser relacionada muito mais à especificidade da produção capitalista, ou seja, ao objetivo de valorização do capital baseado na ampliação das mercadorias produzidas. Isto é, quanto maior for a produção (em um tempo menor), maior será a mais-valia relativa constitutiva do conjunto de mercadorias. As relações sociais que dão base e garantem essa empreitada sequer se valem da natureza física das coisas. Portanto, não devemos ater à materialidade da mercadoria para tratarmos de relações de mercado baseadas no valor de troca, e sim evidenciar que independe se a mercadoria possui tangibilidade ou não, o que realmente interessa é saber se as relações sociais que se desdobram da produção baseada no valor de troca ainda permanecem vigentes nos dias atuais.

No segundo capítulo desses escritos, tratamos da questão da centralidade do trabalho abstrato na atualidade; com isso, precisamos analisar em Marx como se dá o processo de subsunção real do trabalho ao capital, e o conceito de trabalho produtivo; para isso, começemos com o processo de subsunção formal do trabalho ao capital.

De acordo com Santos (2013):

O conceito de trabalho produtivo pode ser considerado um daqueles elementos teóricos que, dentro da progressão expositiva geral da obra, e intimamente atrelado a ela, segue seu próprio movimento conceitual. Esse desenvolvimento conceitual é gradual, remetendo, portanto, a níveis de abstrações diferentes. Por meio da leitura de *O Capital* e do *Capítulo VI Inédito* percebemos que é possível distinguir três níveis referentes à definição de trabalho produtivo. Em todos eles há questões pertinentes para a compreensão do trabalho imaterial (p. 71).

Os três níveis conceituais de trabalho produtivo em Marx, tal como exposto por Santos, podem assim serem resumidos:

No primeiro nível, dá-se sob a perspectiva da simples produção de valores de uso, com o intuito de satisfazer as necessidades essenciais de existência humana, como afirma Marx: *o processo de trabalho deve ser considerado de início independente de qualquer forma social determinada* (Marx, 1988, p. 101)

Nesse primeiro nível, a produção não está vinculada às formações sociais, sendo, portanto, *independente de suas formas históricas*. Nessa etapa rudimentar da produção humana, o imaterial já se apresenta, pois:

Se o trabalho imaterial é o ato de produzir utilidades imateriais, porque não considerar a concepção do processo de trabalho como o trabalho imaterial do indivíduo que trabalha “independentemente de qualquer forma social determinada”? A concepção é parte constituinte e indispensável de seu longo processo de trabalho, gerando um valor de uso específico consumido tão logo o indivíduo exteriorize sua reflexão, reaparecendo na forma transmutada do objeto final. **A reflexão não é parte acessória do processo de trabalho, mas parte necessária.** Sem fazer distinção entre níveis de complexificação do trabalho intelectual, **o homem sempre trabalhou intelectualmente, usando, portanto, atribuições do trabalho imaterial, sem que elas constituíssem um ofício específico.** (Santos, p. 77) (grifos do autor).

Como exposto, a atividade intelectual sempre fez parte do processo de trabalho, a concepção e o planejamento são partes integrantes da formação do trabalho, mesmo à parte de qualquer formação histórico social determinada. A dimensão intelectual e afetiva do trabalho não é uma descoberta nova na história humana, pois desde o nascimento do ser social (homem) através do trabalho, o uso da inteligência e do planejamento se faz presente. *A reflexão não é parte acessória do processo de trabalho, mas parte necessária [...], o homem sempre trabalhou intelectualmente, usando, portanto, atribuições do trabalho imaterial, sem que elas constituíssem um ofício específico* (Santos, 2013, p. 77).

No segundo nível conceitual de trabalho produtivo, temos o processo de trabalho na ordem do capital. Segundo Marx (1988), no capitalismo a produção se dá através do controle do trabalho pelo capital; de um lado o capitalista – detentor dos meios de produção – e de outro lado o trabalhador – detentor somente de sua própria força de trabalho e despossuído do que produz. A força de trabalho se transforma em mercadoria. *No entanto para que seja mercadoria, a força de trabalho deve estar dissociada das condições objetivas de trabalho, dos meios de produção.* Daí surge o antagonismo entre os proprietários dos meios de produção e os que detêm somente sua força de trabalho. Neste nível conceitual de trabalho produtivo, temos a mais-valia como forma de valorização do capital, ou seja, um valor excedente criado pelo trabalhador e expropriado dele, um *quantum* de trabalho não pago que enriquece o capitalista; um valor excedente do resultado do trabalho em relação ao valor dos elementos que se consumiram neste processo (meios de produção e força de trabalho). Sendo os meios de produção o Capital Constante e a força de trabalho o Capital Variável, variável pois, como já mencionado nesse trabalho, altera, acrescenta um novo valor ao capital. Aqui, temos o trabalho produtivo como aquele que produz mais-valia. Não importa se o excedente produzido pelo trabalhador se materializa em um objeto físico ou em serviço ou bem imaterial, o que interessa ao capitalista é que haja um excedente produtivo para valorizar seu capital.

Nessa etapa, temos a subsunção formal do trabalho ao capital, ou seja, a exploração do capital sobre o trabalho se dá sob condições limitadas, pois os meios de produção da indústria moderna ainda não foram desenvolvidos, porém o modo de produção já é capitalista. Não havendo nenhuma alteração essencial nos meios e processos de produção, a subsunção do trabalho se dá apenas de maneira formal.

O trabalhador emprega os meios de produção, submetendo-os às potencialidades e limitações de sua atividade individual. Suas possíveis limitações determinam as limitações da produção. Sem dispor de meios eficazes para a subordinação efetiva do trabalho, o capitalista atua apenas como comandante do processo de trabalho (Santos, 2013, p. 90-91)

Ou seja, nessa etapa do capitalismo, as grandes indústrias ainda não se desenvolveram, porém, os mecanismos de exploração do capital já estão latentes; dessa forma a mais-valia absoluta torna-se a principal forma de valorização do capital.

Com a introdução da maquinaria no processo produtivo, o capital passou a subsumir não só formalmente, mas efetivamente o trabalho aos seus ditames e pode aumentar sua exploração através da mais-valia relativa, ou seja, encurtando a parte do dia em que o trabalhador trabalha para si, e aumentando a parte do dia em que ele trabalha para o capital.

Com a subordinação real do trabalho ao capital, efectua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário (Marx, 1975, p. 89).

Por tal razão, no modo de produção capitalista, busca-se constantemente, fomentar o desenvolvimento de novos conhecimentos científicos para aplicá-los no desenvolvimento de novos instrumentos de produção com o objetivo de ampliar a acumulação de capital.

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo era, ao contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. O contínuo revolucionamento da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes (Marx e Engels, 1996, p. 69)

O desenvolvimento de novos instrumentos de produção é uma necessidade constante do sistema capitalista, que procura maximizar a produção e minimizar o tempo gasto para produzir mercadorias. Esse processo só se tornou possível, na medida em que se desenvolveram conhecimentos com vistas à expansão da produção. Assim, esses instrumentos tornaram possível a introdução da maquinaria na produção que, por sua vez, revolucionou a

estrutura produtiva da sociedade, com base na manufatura. A força de trabalho viva era o alicerce da produção manufatureira, e o emprego das máquinas na produção demoliu esse fundamento, pois colocou o trabalhador apenas como um meio. Esse processo de desqualificação do trabalho vivo foi paulatinamente se efetivando, mas não pode ser pensado nem compreendido, sem colocar na ordem do dia as contradições sociais que se evidenciaram a partir do desenvolvimento da indústria moderna.

A maquinaria tornou-se o *meio para os capitalistas produzirem mais-valia* (Marx, 1987, p. 424), pois no regime anterior não era mais possível obter os lucros desejados e, com ela, torna-se possível explorar ainda mais a força de trabalho, pois o trabalhador se vê obrigado a vender sua força de trabalho por uma quantia pequena. Segundo Marx *o emprego da maquinaria, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias [...]* (Marx, 2004, p. 427) e não melhorar as condições de vida do trabalhador. Isso, de certa forma, é compreensível, pois é inerente à lógica do capitalismo a acumulação privada capital. Nessa perspectiva, era necessário subverter os instrumentos de produção (manufatura para maquinaria), para que o capital pudesse se reproduzir de forma mais “eficiente”. Nesta modificação ocorreu uma inversão nas posições determinantes para a produção de mercadorias, colocando o trabalhador como um mero instrumento na cadeia produtiva. Marx, ao analisar este processo, usa as seguintes palavras: *na manufatura, o ponto de partida para revolucionar o modo de produção é a força de trabalho, na indústria moderna, o instrumental de trabalho* (Marx, 1987, p. 424)

O trabalhador produtivo continua a ser aquele que produz diretamente mais-valia, porém, Marx acrescenta um novo fato a essa nova forma de subsunção do trabalho (subsunção real do trabalho ao capital) que *é a criação e ampliação de uma força produtiva socializada e complexificada em níveis inexistentes nos modos de produção anteriores* (Santos, 2013, p. 96)

As forças produtivas sociais do trabalho, ou as forças produtivas do trabalho diretamente *social, socializado* (coletivizado) por via da cooperação, da divisão do trabalho no interior da oficina, da aplicação da *maquinaria* e, em geral, da transformação do processo produtivo em *aplicação* consciente das ciências naturais, mecânica, química etc., e da tecnologia [...], assim como os *trabalhos em grande escala* que a tudo isso correspondem (só esse trabalho socializado está à altura de empregar no processo *direto* da *produção os produtos* gerais do desenvolvimento humano, como a matemática, etc., por outro lado, também o desenvolvimento dessas ciências pressupõe determinado nível do processo de produção material); este desenvolvimento da força produtiva do trabalho objetivado, por oposição à atividade laboral mais ou menos isolada dos indivíduos dispersos, e com ele, *a aplicação da ciência* – esse produto geral do desenvolvimento social – ao processo imediato de produção; tudo isso se apresenta como *força produtiva do capital*, e não como força produtiva do trabalho [...] (Marx, 2004, p. 92-93) (grifos do autor).

A força de trabalho, socialmente combinada, torna-se elemento crucial para o aumento exponencial da produção sem, necessariamente, haver um aumento proporcional do número de trabalhadores. *Todos os elementos descritos elevam grandiosamente a produtividade social do trabalho, isto é, contribuem para o aumento relativo de mais mercadorias com menos trabalho, tendência constante no modo de produção capitalista* (Santos, 2013, p. 96)

A consequência direta dessa nova *forma de produzir* (socialmente combinada) alavanca a exploração de mais-valia relativa, pois *o agente real do processo não é o trabalhador isolado que valoriza o capital, mas, sim, o trabalhador coletivo, expressão direta da cooperação no processo de trabalho, da reunião de muitos trabalhadores sob o comando de um mesmo capital.*

Essa *exploração socialmente combinada* é tratada por Santos (2013) como o terceiro nível de trabalho produtivo em Marx; como visto, no primeiro nível, é produtivo o trabalho que produz as necessidades imediatas, sem haver ainda nenhuma relação social que o determina, ou seja, a forma mais “pura” de trabalho produtivo; no segundo nível, torna-se trabalho produtivo somente aquele que produz diretamente mais-valia; já no terceiro nível tem-se o trabalho socialmente combinado:

O terceiro nível marxiano de conceituação de trabalho produtivo é desdobramento dos dois primeiros; ele, mais que os outros, explicita seu avanço em relação aos fisiocratas e à Economia Política de Smith, Ricardo e Say. Smith e Ricardo aprisionam o conceito de trabalho produtivo dentro da produção material; todo trabalho imaterial é considerado improdutivo. Say insere o trabalho imaterial na conceituação de trabalho produtivo, mas sua concepção de valor e de riqueza se confunde com a de utilidade: o trabalho imaterial é produtivo na medida em que produz um efeito útil e, consequentemente, riqueza. Porém, este valor é renda e não pode ser absorvido visando acumulação de capital. *Somente Marx promove a incorporação do trabalho imaterial na análise do trabalho produtivo de capital* (Santos, 2013, p. 99) (Grifos nossos).

Nesse terceiro nível de trabalho produtivo, já percebemos a incorporação de atividades imateriais tidas como improdutivas, pois, em tal nível, o modo de capitalista se torna *forma socialmente dominante de produção*:

O modo de produção especificamente capitalista deixa de ser ao todo um simples meio para a produção de mais-valia relativa, tão logo tenha se apoderado de todo um ramo de produção e, mais ainda, de todos os ramos decisivos de produção. Ele torna-se agora a forma geral, socialmente dominante, do processo de produção. Como método particular para a produção de mais-valia relativa, atua ainda somente, primeiro, na medida em que se apodera de indústrias até então apenas formalmente subordinadas ao capital, portanto em sua propagação. Segundo, ao serem revolucionadas continuamente as indústrias, que já se encontram em seu poder, mediante a mudança dos métodos de produção (Marx, 1988, p. 102-103).

Esse é um ponto crucial para conseguirmos vislumbrar o trabalho imaterial, como trabalho produtivo e abstrato; pois o capital torna a combinação de diferentes atividades como elemento primordial de valorização. É o trabalho socialmente combinado que passa a multiplicar o capital; aqui citamos: o planejamento, a execução, o marketing etc., como partes constituintes do trabalho social articulado e produtivo. *Só podemos compreender a abrangência, o vigor e a atualidade do conceito marxiano de trabalho produtivo se tivermos todos esses elementos em mente. Assim, Marx chega ao terceiro nível de conceituação de trabalho produtivo* (Santos, 2013, p. 103).

Para trabalhar produtivamente, basta fazer parte da capacidade de trabalho socialmente combinada dentro da qual muitos tipos de trabalho cooperam entre si e formam a “máquina produtiva total” [...] um trabalha mais com as mãos, outro mais com a cabeça, este como diretor, engenheiro, técnico, etc., aquele como capataz, aquele como outro operário manual ou até como simples servente (Marx, 2004, p. 110) (Grifos nossos).

Nesses termos, trabalho produtivo é todo aquele submetido ao capital, independente de sua natureza ou da sua forma de ser; é produtivo, pois, é trabalho relacionado à grande rede de trabalho socialmente combinado, com vistas à geração de valor excedente para o capital.

O capital, na terminologia marxiana, torna-se a forma socialmente dominante do processo de produção tão logo se aposse dos ramos produtivos principais, deixando de configurar-se como um simples meio de produção de mais-valia relativa. Ele aparece, portanto, como um processo social total, tornando absolutos, de um lado, a produção de bens e serviços sob a forma de mercadoria na qual há trabalho excedente, e de outro lado o regime de trabalho assalariado. Mesmo as atividades dos médicos, advogados e profissionais liberais – profissionais imateriais, portanto – se transformam em trabalho assalariado por meio dessa generalização das leis que regulam o assalariamento (Santos, 2013, p. 105).

No entanto, e isso deve ficar claro, trabalho assalariado não significa, necessariamente e conseqüentemente, trabalho produtivo (gerador de mais-valia). Uma mesma atividade pode estar incluída no ciclo do valorização do capital ou não, pois:

o valor de uso específico do trabalho produtivo para o capital não é o seu caráter útil determinado, nem tampouco as qualidades úteis particulares do produto em que se objetiva, mas o seu caráter de elemento criador de valor de troca (mais-valia) (Marx, 2004, p. 115) (Grifos do autor).

Um mesmo trabalho, por exemplo, o de professor (trabalho imaterial), pode ser produtivo, quando este trabalha para um empresário do ramo da educação, *fábrica de conhecimento*, nesse caso, produz mais-valia, ou trabalho excedente para o capitalista do ramo

da educação; ou improdutivo, quando esse – professor – vende seu trabalho para um consumidor direto. Com isso, o mesmo trabalho, seja material ou imaterial, pode ser produtivo (assalariado) ou improdutivo (vendedor direto da sua força de trabalho ao consumidor).

O que queremos mostrar é que atividades imateriais (trabalho imaterial) podem ser produtivas (gerar mais-valia) ou não, como qualquer outra atividade material. Aqui, o que realmente interessa é o modo como se dá a relação do trabalhador com o consumidor final.

Do que precede, resulta que o ser trabalho produtivo é uma determinação daquele trabalho que em si e para si não tem absolutamente nada a ver com o conteúdo determinado do trabalho, com sua utilidade particular ou o valor de uso peculiar em que se manifesta. Por isso, um trabalho de idêntico conteúdo pode ser produtivo ou improdutivo (Marx, 2004, p.115) (Grifos do autor).

O brilhantismo de Marx, nesse aspecto, está em perceber a não importância da materialidade no processo de criação de mais-valia (trabalho produtivo), pois Marx liberta, por assim dizer, o conceito de trabalho produtivo da materialidade de seu resultado. *A visão corrente segundo a qual o trabalho produtor de mais-valia não abrange o trabalho imaterial diz respeito a Quesnay e Smith, e não a Marx* (Santos, 2013, p. 108) (Grifos do autor).

Para finalizar, vejamos uma passagem dos Grundrisse que Marx enfatiza a não importância da natureza do trabalho quando se trata de produzir mais valor e, por consequência, ser trabalho produtivo:

Os atores são trabalhadores produtivos, não porque produzem o espetáculo, mas porque aumentam a riqueza de seu empregador. Todavia, para essa relação é totalmente indiferente o tipo de trabalho que é realizado, portanto, em que forma o trabalho se materializa (Marx, 2011, p. 259)

De todo o exposto, vemos que, para Marx, o conceito de trabalho produtivo – que gera valor excedente e que não pertence ao trabalhador que o executa – vai muito além da tangibilidade da produção. O trabalho que gera mais-valia e, por consequência, valoriza o capital, não tem relação alguma com sua natureza, seja material ou imaterial. Atividades imateriais podem ser produtivas ou não, tal como as atividades materiais.

Como segundo eixo de nossa conclusão, trataremos do novo modelo de trabalhador, paradigma calcado numa nova subjetividade que remete à ideia de *participação voluntária* e não alienada do trabalhador frente à nova realidade produtiva vigente com o trabalho imaterial.

O modelo de *trabalhador social*, nos termos e no conceito que o temos na teoria do trabalho imaterial, e tão somente, afinal sempre partimos da ideia do trabalho enquanto

categoria social, logo o trabalhador que estudamos é social, mesmo emergido no universo produtivo abstrato, é caracterizado por Negri, Hardt e Lazzarato como aquele que trabalha de maneira espontânea à lógica de valorização do capital, ou seja, aquele trabalhador que participa cognitivo e subjetivamente do processo produtivo, assumindo múltiplas funções na cadeia produtiva, desde o planejamento ao consumo, portanto, o trabalhador atuante e consciente de todo o processo produtivo, processo esse não mais calcado na alienação, pois agora o trabalhador “comanda” seu ritmo de trabalho e sua produtividade. E assim a “velha” contradição entre capital e trabalho é substituída pela integração entre consumo, concepção, planejamento, circulação e produção (LESSA, 2005).

Contudo, essa multidisciplinaridade embutida no *trabalhador social* não é, como demonstra os autores do trabalho imaterial, fruto da própria vontade do trabalhador e sim inerente a uma nova lógica de valorização do capital instituída pelo modelo toyotista – modelo de produção japonês.

Desde meados dos anos 1940, a empresa japonesa Toyota vinha implantando em suas fábricas de automóveis um dos elementos fundamentais desse sistema, a chamada “autonomação”, um mecanismo originalmente desenvolvido no âmbito da divisão têxtil dessa companhia japonesa, por Kiichiro Toyoda, seu fundador. “Autonomação” é um neologismo criado a partir da junção das palavras autonomia e automação, pois se trata de um processo pelo qual é acoplado às máquinas um mecanismo de parada automática em caso de detectar-se algum defeito no transcorrer da fabricação, permitindo-as funcionar autonomamente – independente de supervisão humana direta -, sem que se produzissem peças defeituosas. A implantação de tal mecanismo passou a permitir a um só operário fosse atribuída a condução de várias máquinas dentro do processo produtivo, rompendo com a relação “um trabalhador por máquina”, clássica do sistema taylorista-fordista (CORIAT, 1994, p. 37).

Uma vez que a operação de várias máquinas por um mesmo trabalhador já havia sido implantada com êxito, perseguiu-se o objetivo de agregar no mesmo posto de trabalho máquinas de diferentes finalidades, tal fato permitiu, por conseguinte, concentrar no mesmo local diferentes funções de trabalho, antes limitadas a departamentos distintos no espaço de fábrica pelo sistema taylorista-fordista. Dentre essas funções, estavam a de programação de máquinas, o planejamento e a coordenação da produção, além da manutenção do aparato produtivo e do controle de qualidade dos produtos. Cada uma dessas funções aglutinava grupos diferentes de atividades, rotineiramente realizadas por distintos trabalhadores, por elas responsáveis. Na medida em que conseguiu-se fundi-las – máquinas – em poucos postos de trabalho, estes – trabalhadores – adquiriram o aspecto de uma “multifuncionalidade”, o que

exigiu somarem-se neles todas as atividades antes subdivididas em várias funções, exigindo-se, portanto, dos trabalhadores, a responsabilidade por sua execução dentro da mesma jornada de trabalho. Cumprida essa fusão de várias funções e atividades, designou-se “multifuncionais” ou “polivalentes” aos trabalhadores por elas – máquinas – responsáveis.

Esse novo processo produtivo descrito acima, expandiu-se para fora dos mares japoneses, chegando ao Ocidente como paradigma produtivo para além das indústrias tradicionais, indo ao encontro também do setor de serviços, ou “indústria de serviços”, tal como entendemos a área de prestação de serviços hoje vigente. Como consequência, sempre com vistas ao aumento da produtividade, o capital conseguiu sobreviver às intempéries das crises econômicas oriundas do sistema de produção taylorista-fordista.

Por fim, vejamos com mais cautela o que se designa hoje por hegemonia do trabalho imaterial. Em síntese, todo o setor de serviços hoje em voga não existiria sem uma base industrial, nos moldes tradicionais da grande indústria, vejamos: para que se mantenha todo o emaranhado de serviços ligados à distribuição, fruição e consumo – marketing – é necessário uma base industrial calcada ainda, e não por sobressaltos, à continua transformação da natureza em bens materiais com a finalidade de se criar valores de troca na nossa sociedade ainda industrial e cimentada sobre o trabalho abstrato e alienado. Sem a extração de minério de ferro e sua consequente transformação para, por exemplo, servir à indústria automotiva, nada adiantaria a abrangente indústria de serviços que possui por finalidade pôr no mercado suas mercadorias “materiais”. Enfim, não há a prevalência do imaterial sem a própria constituição do material, dessa forma, não há como admitirmos a prevalência e autonomia do imaterial sobre o material; tal pensamento seria incoerente e, no mínimo, supérfluo. Devemos pensar sempre na relação dialética que há entre distintas formas de produção, seja material ou cognitiva, na nossa sociedade ainda pautada no trabalho abstrato como forma de produção de riqueza e mais valor. E mais, pensar numa sociedade pós-grande indústria é incoerente, pois a ideia de indústria não se prende a concepção de produção material; o que é o setor de serviços hoje se não uma grande indústria? Não importa se o fruto da indústria é uma informação ou uma prestação de serviços, o que interessa é que ainda ela – indústria - seja material ou imaterial – ainda valoriza seu capital pela intensificação do trabalho alheio, ou mesmo do próprio trabalho, como vemos hoje a ideologia do empreendedorismo pregar.

Em síntese, não devemos conceber a ideia do novo sistema produtivo pautado na teoria do trabalho imaterial, pois, independente do que se produza, o mais importante é o modo como se produza, as relações sociais determinadas por esse modelo produtivo, e não o fruto de sua produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos guiar esse trabalho tendo como pressuposto principal a ideia de continuidade das relações de trabalho intrínsecas ao capitalismo, ou seja, o trabalho produtivo como núcleo central da classe trabalhadora e elemento primordial de valorização do capital.

Apesar das inúmeras considerações que apontam as transformações das *formas de ser* do trabalho hoje: autônomo, multifacetado, intelectualizado etc. É inegável que essas mudanças ocorreram, ou seja, o trabalho hoje é, realmente, muito mais heterogêneo do que nas décadas anteriores, muito mais dotado de conhecimento do que na época em que o fordismo exercia hegemonia, porém, tais mudanças não podem ser concebidas como rupturas do modo de produção, e sim como novas formas de ser dentro do mesmo sistema produtivo, ou seja, o sistema capitalista ainda continua capitalista, com suas características essenciais em voga, pois se admitirmos tais transformações fundamentais, estaríamos negando o capital dentro do capital.

As características fundamentais do modo de produção vigente: valorização pelo trabalho e estratificação antagônica da sociedade, opondo trabalhadores e grandes empresários, estão presentes no atual estágio do capital, se consideramos o fim de tais relações devemos considerar o fim do próprio capitalismo, e isso não se apresenta na atualidade, nem como tendência.

A aproximação do trabalho com o capital, na forma de minimização da subordinação e da unilateralidade do controle, tão aclamada pelos teóricos do trabalho imaterial, se deu somente na forma ideológica e não prática cotidiana. As ideias do trabalho autônomo, gestor da produção, desvinculado, em parte, das decisões externas, são na verdade uma aparência necessária imposta pelo capital ao trabalho como forma de maximizar a acumulação de capital e controle do trabalho. Ou seja, o próprio capital mistificou essas *formas de ser* do trabalho para que seu poderio continue vigente na atualidade.

A tese da não vigência da classe trabalhadora nos dias de hoje, dada a multiplicidade e a não unidade política da mesma, não entendemos como válida, pois os trabalhadores de hoje compartilham de condições de vida semelhantes, no que tange à necessidade intransponível de subordinação ao capital para sua sobrevivência. A complexidade teórica de unificar essa classe não nega essa sua característica comum: subordinação e não posse ou controle do processo produtivo.

A maior parte daquele conjunto de trabalhadores tidos como *empreendedores* caracterizados, ideologicamente, como autônomos e gestores do processo produtivo, são na verdade subordinados e dependentes do controle externo das grandes corporações capitalistas, embora sua aparência soe autonomia, a realidade é bem diferente.

O mais importante aqui é demonstrar que a classe trabalhadora deve ser pensada através de seu papel dentro de um quadro de relações sociais estabelecidas num modo de produção específico, ou seja, a subordinação do trabalho ao capital nas suas mais variadas formas. Tomando emprestado a citação de Gramsci (2007) realizada por Santos (2013) *é muito fácil se deixar levar pelas semelhanças exteriores e não ver as semelhanças ocultas e os nexos necessários, mas camuflados* (p.161).

Entendemos que aquele novo sujeito social tomado dos *Grundrisse* de Marx: intelectualidade de massa, pelos teóricos do trabalho imaterial, só pode constituir-se a partir da completa ruptura com o capitalismo, e não como parte integrante dele através do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, não é possível, grosso modo, pensar no desenvolvimento desse novo sujeito dentro do mesmo modo de produção, mas somente a partir da superação desse modo.

BIBLIOGRAFIA

- ALTAMIRA, César. **Os marxismos do novo século**, trad. de Leonora Corsini, 1ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2008. 492 pág. Coleção A Política no Império.
- AMORIM, Henrique. **Trabalho Imaterial: Marx e o debate contemporâneo**. São Paulo: Annablume. 2009.
- _____. **Teoria social e reducionismo analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho**. Caixas do Sul: EDUCS, 2006.
- ANTUNES. R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez. 1995.
- _____. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. **A dialética do trabalho: Escritos de Marx e Engels**. Ricardo Antunes (org) Expressão popular. São Paulo: 2004.
- CAMARGO, S. **Trabalho imaterial e produção cultural: a dialética do capitalismo tardio**. São Paulo: Anablume, 2011.
- CORIAT, B. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Revan; Ed. Da UFRJ, 1994.
- COUTINHO, M. **A crítica da economia política: teoria e atualidade**, in: A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações. São Paulo: Xamã. 2000.
- FAUSTO, R.A **pós-grande indústria nos *Grundrisse*** (e para além deles). Lua Nova, v. 19, 1989.
- GORZ, A. **O Imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **Adeus ao proletariado: Para além do socialismo**. *Rio de Janeiro*: Forense. 1987.
- _____. **Estratégia operária e neocapitalismo**, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. V.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HABERMAS, J.; **Pensamento pós-metafísico**. Trad. Flavio Beno. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

_____. **Técnica e Ciência como ideologia**. Trad. Artur Mourão. Lisboa Edições 70, 1968.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Império**. 4.ed.. São Paulo: Ed. Record, 2002.

_____. **Multidão**. São Paulo: Ed. Record, 2012.

LAZZARATO, M. **Le concept de travail immatériel; la grande entreprise**. Paris: Future Antérieur, 1992. Disponível em: <multitudes.samizdat.net-Le-concept-de-travail-immateriel> Acesso em: 02-04-2014.

LAZZARATO, NEGRI. **Trabalho Imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LESSA, S. **Para além de Marx?** Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. **Centralidade do trabalho: qual centralidade?** Revista critica marxista e práxis, 1982. <<http://www.sergiolessa.com/Palestras/Qualcentralidade1997.pdf>.> Acesso em 03-11-2013.

_____. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**, São Paulo: Boitempo, 2002.

LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 2002.

LUKÁCS. G., **Para uma ontologia do ser social**, São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **“A ontologia de Marx: questões metodológicas preliminares”** in FERNANDES, F. (org) Sociologia. (Grandes cientistas sociais, 20). São Paulo: Ática, 1981.

_____. **O trabalho**. Tradução de Ivo Tonet. Mimeografado. Extraído de *Per L'Ontologia Dell'essere Sociale*, prefácio e tradução de Alberto Scarponi. Roma: Riuniti, 1981, v2.

MARTINS, M. **É o direito um sistema autopoietico? Discutindo uma objeção oriunda do marxismo.** In: *Justiça e Sociedade : Temas e Perspectivas*. São Paulo. LTr, 2001.

MARX, K. **O capital**. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural. 1988.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2000.

_____. **Capítulo VI Inédito de O CAPITAL**. São Paulo: Editora Moraes, 1989.

_____. **Capítulo VI Inédito de O CAPITAL**. São Paulo: Escorpião, 1975.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **O Capital**: critica da economia política. São Paulo: Bertrand Brasil – DIFEL, 1987. 1.1, V.1.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Petrópolis: Vozes, 1996.

NEGRI, A. **Cinco lições sobre império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NOGUEIRA, C. M. **O trabalho duplicado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **O empresário político**. In: COCCO, G; URANI, A; GALVÃO A. (Org). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*. Rio de Janeiro: DP&A; Consórcio de Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro, 1999.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense. 1994.

ORGANISTA, J. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão popular, 2006.

PRADO, E. **Uma crítica à economia política do imaterial**. Outubro, v. 11, 2004.

_____. **Valor desmedido e desregramento do mundo**. In *Desmedida do valor: Critica da pós grande indústria*. São Paulo: Xamã. 2005.

_____. **Pós grande indústria:** trabalho imaterial e fetichismo: Uma crítica de A. Negri e M. Hardt. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 17, 2003, p. 109-130.

_____. **As interpretações da noção de “intelecto geral” dos Grundrisse.** *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 34, 2012, p. 151-158.

PINTO, G. **A organização do trabalho no século 20.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ROSSO, S. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SANTOS, V. **Trabalho Imaterial e a teoria do valor em Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.